

PERÍCIA ANTROPOLÓGICA REFERENTE A AÇÃO DE
INTERDITO PROIBITÓRIO QUE HELIO PEREIRA DE
MORAES E MULHER MOVEM CONTRA A FUNDAÇÃO NA
CIONAL DO ÍNDIO (FUNAI)

PROCESSO Nº 15.663/85-V

Virgínia Marcos Valadão
Antropóloga
Universidade Estadual de Campinas

São Paulo - Novembro/1988

QUESITOS FORMULADOS PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO - FUNAI

1) Queiram o Sr. Perito e seus assistentes técnicos, informar se a área indígena Vale do Guaporé, é "habitat" tradicional, etno-historicamente constituído.

No que se refere à informações científicas procedentes da área de arqueologia, as cavernas sagradas dos índios Nambiquara do Vale do Guaporé revelam uma ocupação humana de pelo meno 12.000 anos, conforme atestam escavações realizadas por Eurico Miller do Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, em trabalho subvencionado pela "National Geographic Society" e pelo "Smithsonian Institution" (Puttkamer, 1979). Os sítios arqueológicos estendem-se desde as vertentes sul da Serra dos Parecis até seus contrafortes ocidentais. A entrada das grutas achavam-se gravuras rupestres que, na opinião de arqueólogos podem estar intimamente relacionadas com outras inscrições pré-colombianas encontradas no continente. (Miller, 1976). Pesquisas mais recentes realizadas pela Fundação Nacional Pró-Memória atestam a expressão daquele patrimônio e confirmam estarem as cavernas entre os sítios mais antigos da América do Sul. (DF.CIRC.N.5/88/ET/SP/AN/FNPM). Na cosmologia Nambiquara essas cavernas representam a origem e o destino do povo e trataremos melhor dessa questão quando discutirmos aspectos antropológicos do grupo.

Ainda em relação a antiguidade da ocupação indígena na Região, narra Roquette-Pinto:

"...Os índios da Serra do Norte parecem ter chegado ao coração da América do Sul em época mui remota ... documentam a realidade de um fato antropogeográfico importante, já

suspeitado desde a exploração do Xingu. Foi no grande planalto do Brasil que se iniciou o trabalho de diferenciação étnica sul-americana.
(ROQUETTE-PINTO, E.; 1975; pg243-244).

Quanto à informações procedentes de documentos históricos coincidentes, ressalte-se, com as primeiras tentativas de ocupação do território indígena pelo homem "civilizado", a documentação mais antiga relacionada à área do Guaporé que dispomos é assinada por Antonio Pires de Campos. No período de 1718 à 1723, as bandeiras atingiram o noroeste do Mato Grosso e referindo-se à região o autor menciona a existência de grande população índia conhecida como Cavií. (Campos, 1723:432-449 - Doc. L)

Afim de se esclarecer a leitura, convém mencionar que os Nambiquara foram denominados "Cabixis" até a primeira década do século XX, quando então foram "rebatizados" pela Comissão Rondon. Na realidade nenhum dos dois nomes se constituem em auto-denominação dos grupo em questão, sendo inclusive alheios à língua dos índios dado o desconhecimento daquela etnia e a impenetrabilidade de seu território mantida até meados deste século.

Voltando-se às referências do séc. XVIII, encontramos em Roquette-Pinto notícias sobre a descoberta de grandes minas de ouro na região do Jurueña, que circularam em Cuiabá por volta de 1757. Em função disso, o capitão-general João de Albuquerque Pereira de Melo e Cáceres ordenou que se explorasse a região.

"Diário da Diligência que ordem do Ilustrissimo e Exellentissimo João d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador e Capitão General da Capitania de Mato-Grosso, se fez no anno de 1795, a fim de se destruirem varios Quilombos, e buscar alguns logares em que houvesse ouro.

"Sahio a referida Bandeira embarcando no Porto de Villa Bella no dia 7 de maio de

1795, descendo pelo rio Guaporé. O Quilombo do Fiolho que deu este nome ao rio em que está situado, foi atacado e destruído haverá 25 annos, pelo Sargento-Mor João Leme do Prado, onde apprehendeu numerosa escravatura, ficando naquella lugar ainda muitos escravos escondidos pelos mattos, que pela auzencia d'aquella Bandeira se tornaram a estabelecer nas vezinhanças do antigo lugar.

Destes escravos novamente aquilombados morreram muitos, huns de velhice e outros As mãos do gentio Cabixês, com quem tinham continuada guerra, afim de lhe furtarem as mulheres, das quaes houveram os filhos Caborés ..." (Diário de Francisco Pedro de Mello in ROQUETTE-PINTO, 1975:15-18)

As noticias sobre os Cabixis, Kabixi, Nambikuára, etc, se sucedem até 1910, sempre mencionando incidentalmente os famosos Indios. Serra em 1779, Chandless em 1862, Barbosa Rodrigues em 1875, Pimenta Bueno em 1880, K. von Steinen em 1888, Condreau em 1897, Koch-Gruenberg em 1902 e Clements Markham em 1910 destacam a presença dos Indios na região, todos mais ou menos nos mesmos termos. Citamos apenas a mais antiga:

"Cabixis, nação que transita os campos dos Parecis, vivem nas cabeceiras e matas dos rios Guaporé, Sararé, Galera, Fiolho e Branco" (Serra, 1797:185-292).

A presença, resistência e belicosidade dos Nambiquara, então Cabixis, continuou a ser registrada em breves referências durante o século XVIII, apontada inclusive como empecilho à exploração das minas. Vila Bella, antiga capital da Capitania Geral de Mato Grosso, foi sendo gradativamente esquecida pelo exterior e em 1820 a capital foi transferida para Cuiabá. Os habitantes de Vila Bella atribuíam suas dificuldades aos Cabixi:

"A grande ponte do Guaporé, na estrada que vae de Villa Maria/Caceres/aquella e cidade, obra de muito merecimento de necessidade n'aquella lugar, e que tinha 180 palmos

de comprimento e 14 de largura, contruída com madeiras muito boas, foi incendiada pelos cabixis há poucos annos" (Moutinho, 1869:143).

Foi então no século XVIII que a busca do ouro motivou as primeiras tentativas de desbravamento da região. Nesse período se iniciam os primeiros contatos violentos de alguns sub-grupos Nambiquara com elementos do mundo "civilizado". Ao ouro seguiu-se a poaia (*Cephaelis ipecacuanha*), explorada mais intensamente do fim do século XIX a 1914. Também dessa vez os Cabixi/Nambiquara ameaçavam a principal fonte de recursos da região.

Haviam tido algumas pessoas que se internaram nas mattas do rio Galera, para extrahir poaya, e foram obrigadas a retroceder, devido ao constante ataque dos índios. (Barboza, 1922).

Depois da poaia veio a exploração da borraça (*Hevea brasiliensis*) em duas fases: 1850/1920 e 1940/1950. Durante os períodos de extrativismo, sejam eles nos séculos XVIII, XIX ou XX, todos os contatos estabelecidos com os Nambiquara foram através da violência.

A primeira tentativa de mudança no caráter das relações entre índios e "brancos" naquela região, partiu do Marechal Rondon. Conforme Roquette-Pinto, em 1907 Cândido Mariano da Silva Rondon, oficial do Corpo de Engenharia Militar, foi encarregado de ligar pelo fio telegráfico os territórios do Amazonas, Acre, Alto Purus e Alto Juruá, ao Rio de Janeiro. Partindo da capital do Mato Grosso, era necessário atingir primeiro o rio Juruena, famoso pela belicosidade de seus índios. (Roquette Pinto; 1975)

As expedições de 1907 e 1908 atravessaram a Serra do Norte - território Nambiquara - e nas duas ocasiões Ron-

don foi atacado. Mas seu modo de proceder, deixando no lugar da agressão presentes de machados e adornos, acabou vencendo em parte a resistência dos índios, muito embora em 1910 e nos três anos seguintes, os Nambiquara tenham voltado a atacar as expedições e postos da linha telegráfica. (op.cit:29)

Foi nessa ocasião que Roquette-Pinto e Pyrineus de Souza realizaram os primeiros registros etnográficos dos Nambiquara. Os autores descreveram aldeias, hábitos alimentares, aspectos da economia e cultura material, características físicas e pequenos vocabulários. (idem; ibidem & Souza; 1911 - Doc. 2) X

Rondon entendia que era preciso estabelecer uma relação pacífica de convivência entre as culturas indígena e ocidental, e ao mesmo tempo assegurar aos silvícolas a proteção do Estado. Criou então em 1910 o Serviço de Proteção ao Índio - SPI.

Com o objetivo de contatar os índios da Serra Norte, o SPI estabeleceu em 1919 um posto de atração em Pontes e Lacerda. Transferido para a cidade de Mato Grosso em 1921, durante mais de dez anos de existência este posto nunca conseguiu estabelecer contato com os índios. Outro posto foi fundado em 1925, na faixa da linha telegráfica perto do córrego Urutau, mas foi tão ineficaz que a maioria dos relatórios anuais do Inspeitor de Cuiabá da década de 1930 não o mencionam.

As epidemias de gripe alcançaram os Nambiquara e Levi-Strauss, se refere a morte de 300 índios em 1929.

(Levi-Strauss; 1955; 363)

A linha telegráfica permitiu também que missionários entrassem na região Nambiquara. Uma expedição inicial foi até Vilhena (1924), pela União Missionária em Terras Sul-Americanas, uma organização evangélica protestante. Alguns morreram, outros prosseguiram e

chegaram a se manter em Campos Novos, Utiariti, Camararé, até 1948. Vieram outras organizações: em 1930 uma missão jesuítica foi fundada em Utiariti, em 1959 tradutores da Bíblia Wicliffe (Sumer) se instalaram na aldeia da Serra Azul. (Price, 1972)

Em função da segunda guerra mundial e da necessidade do mercado exterior, o Governo dos Estados Unidos através da Rubber Reserve, possibilitou a expansão das atividades de exploração da borracha melhorando estradas e instalando acampamentos na região de Mato Grosso. Os indivíduos que queriam arrendar um seringal se dirigiam ao departamento de terras do Estado e arrendavam uns tantos hectares. No caso do Guaporé, que ninguém queria por causa dos índios, um único seringueiro chegou a arrendar 1.600 ha, em troca de 7% da produção mais os impostos ao Banco da Borracha quando entregasse o produto (Antonio "Canguru", depoimento, 1987).

Em 1942 o posto indígena Pyrineus de Souza foi fundado no córrego Espirro, uma cabeceira do rio 12 de Outubro. O encarregado do posto (de 1943 a 1969) foi Afonso Mansur de França, que empregou os índios na extração de borracha, primeiro oficialmente (convênio SPI/Rubber Development Corporation) e depois por sua própria conta.

Price (1972) encontrou nos arquivos do SPI em Cuiabá o seguinte telegrama:

"O administrador da Rubber Development Corporation em Cuiabá acaba de comunicar que recebeu ordens superiores para fornecer à esta Inspeção Regional, até 25. (?) de gasolina por mês (tambores), a partir de junho com a condição de serem utilizados exclusivamente por viagens de nossos caminhões aos postos localizados nas zonas dos seringais."

Contrariando então a filosofia de Rondon,

os sub-grupos Nambiquara contatados por sua Comissão passaram a constituir mão-de-obra imprescindível aos seringais agenciadas pelo próprio órgão tutor.

E preciso que se esclareça que a Comissão Rondon e o SPI contataram índios Nambiquara do Campo (Serra do Norte) entre 1910 e 1930, estimados por Roquette-Pinto em aproximadamente 1.200 indivíduos. Enquanto isso permaneciam isolados os sub-grupos do Norte e do Vale do Guaporé.

A ineficiência do SPI e sua incapacidade de se atender a tão vasto território, permitiu que os grupos do Norte fossem alcançados por seringueiros na década de 1940/50 com a mesma violência dos séculos XVIII e XIX, tanto através de armas quanto de epidemias que praticamente os dizimariam. Relatórios do posto Fyrineus de Souza mostram muitas perdas devido à doenças respiratórias (pneumonia, bronquite). Uma epidemia de sarampo em novembro/dezembro de 1945 matou, pelo menos, 45 pessoas. Deu-se então dessa forma, o segundo momento histórico de contato de grupos Nambiquara. Com a queda da borracha por volta de 1950, a maioria dos seringais arrendados do Estado do Mato Grosso foram mais tarde "divididos" e "vendidos" à empresários do sul do país.

Em 1960 foi construída uma rodovia entre Cuiabá e Porto Velho, atravessando a região Nambiquara (mapa - Doc

3 X Os grupos do Vale do Guaporé permaneciam isolados enquanto X
a abertura da BR-364 transformava aquelas terras em área propícia
à implantação de empreendimentos madeireiros e agropastoris.

Essa fase de exploração da região do Guaporé se inseria num projeto maior do governo brasileiro da época, intitulado "Plano de Valorização da Amazônia", para cuja implementação foi criada, em 1966, a Superintendência do Desenvolvimento

da Amazônia (SUDAM) uma lei 174 (de 27/10/66) de incentivos fiscais para investimentos de capital na região, dos setores agrícola, mineral e sobretudo, na pecuária. Resolvida a questão do capital, fazia-se necessário resolver a questão das terras.

A presença dos índios era inegável, física e historicamente. A FUNAI precisava ser acionada e então, sob a presidência do Gal. Bandeira de Mello em sintonia com o Ministro do Interior Costa Cavalcanti, estabeleceu para o Guaporé uma política de transferência dos índios habitantes das terras férteis do vale para as terras áridas do cerrado. Em 08/10/68 foi criada, pelo Presidente Costa e Silva, a Reserva Nambiquara. Limitando-se com o Juína, Camararé e a rodovia BR-364, a reserva incluía muitas savanas (chapada, campo, cerrado) e pouca terra agricultável (matas ciliares, solos arenosos).

Apenas 9 dias depois da criação da reserva, a FUNAI dá início à distribuição de certidões negativas (18 apenas entre 1968 e 1971) atestando que não havia índios no vale (Carrelli e outro; 1980:11)

As derrubadas e os peões trouxeram ao vale a gripe, a malária e outras doenças. Em 1971 uma epidemia de sarampo matou pelo menos 50 índios no Sararé. Os sobreviventes se dispersaram pelo vale e foram recolhidos de helicóptero pela FAB e pela FUNAI. Desanimados pelas sucessivas doenças, os índios abandonaram suas roças e passaram a rondar os empreendimentos. Os fazendeiros preferiam alimentá-los a deixá-los plantar para que fossem logo transferidos. (op.cit 1980)

A FUNAI inicia a transferência de grupos do vale - Mamaindê, Negarotê, Alantesu e Wasusu - para o cerrado. Em 1973 a reserva era alterada perdendo um lado direito da Juína e recebendo acréscimo pelo lado esquerdo, do Camararé até o rio Doze

de Outubro. As epidemias se sucedem e nesse mesmo ano a Cruz Vermelha Internacional visita a região Nambiquara e um médico declara: "A vida desses índios é uma vergonha não só para o Brasil mas para a Humanidade".

Os grupos transferidos não se adaptaram ao cerrado onde tentaram, sem sucesso, plantar milho, batata, cará, etc. Em fins de 74 todos os Alantesu e Wasusu haviam, por conta própria, retornado ao vale já quase todo tomado pela pecuária.

Fracassadas as tentativas de transferências para o cerrado, a nova gestão da Funai, sob a presidência do general Ismarth de Oliveira, cria em 1974 o "Projeto Nambiquara", sob a coordenação do antropólogo Paul David Price. Nesse mesmo ano é interditada uma área no vale (Sararé) escolhida pelo sertanista Frederico Paulo Tolksdorf (decreto no. 74.515, 05/10/74). Imediatamente começam a surgir na FUNAI advogados de fazendeiros portando certidões negativas que continuam a ser concedidas. (ver quesito no. 2/autor)

Enquanto isso o antropólogo, por não vislumbrar alternativa de sobrevivência para os índios, ~~X~~ naquelas condições, inicia o processo de transferência dos Mahaintesu e Waiksu. Ele tenta também convencer os Alakatesu mas estes se recusam a mudar e permanecem na sua região tradicional, área objeto do processo que respondemos. ^(DOC 32) ~~X~~ Apesar da presença dos Alakatesu, em 1974, a FUNAI, fornece Certidão Negativa à Firma SORANA Comercial e Importadora S/A. Essa mesma certidão foi anulada em 1982, com base no artigo 198 da constituição de 1969. (ver quesito de no. 2/~~X~~ autor)

As transferências tiveram trágicas consequências. Os Waiksu, vitimados pela malária, fugiram para a cida-

de de Vila Bela em busca de remédios. Os Hahaintesu, muito doentes, foram encontrados por Price e pelo indigenista Silbene de Almeida próximos à BR-364 em 15 de abril de 1975. Enquanto se buscava remédios e alimentos para atendê-los, os Índios fugiram para o mato.

Frustradas as transferências, agora tanto para o cerrado quanto para o vale e dado o alto índice de mortalidade Nambiquara, a FUNAI decide ampliar a discussão do caso, promovendo reunião do Conselho Indigenista. (Doc. 4) Contrata também o Professor Pedro Agostinho Neto para avaliar o Projeto Nambiquara. O Conselho concluiu que para impedir a extinção dos Índios fazia-se necessário:

- a- paralisar a expansão das agropecuárias, através de contestações jurídicas;
- b- assegurar para os Índios a área interditada.

Mas as pressões eram enormes e nenhuma das recomendações foram levadas a efeito.

Em 1976, a FUNAI manda ao vale do Guaporé seu mais novo antropólogo, Noraldino Vieira Cruvinel, incumbido de propor várias alternativas à situação. Foi escolhida a proposta de quatro pequenas áreas independentes que não atendiam a todos os grupos e nem assim foi levada adiante. (Doc. 5) A consequência foi a desinterdição de maior parte da área do Sararé interditada em 1974 (decreto 79.095 - 0/01/77).

Em fins de 76 os Waiksu retornam à sua área tradicional, já totalmente ocupada por fazendeiros. Esta situação impôs alianças com os habitantes tradicionais da área vizinha - os Alakatesu - onde se instalava a fazenda São Domingos.

Em novembro de 1977 foi criado um novo grupo coordenado pelo major Alipio Levay, que resultou apenas em uma

nova diminuição da área do Sararé. (Doc. 6)

Em maio de 1978^X um novo grupo é designado para reavaliar a sugestão de 1976, integrado pelos indigenistas Silbene de Almeida e Ariovaldo dos Santos. Esse grupo propôs pequenas áreas para todos os índios do vale, mas a proposta foi efetivada.

Em 1979 um novo grupo de trabalho formado pela antropóloga Ana Lange e o indigenista Silbene de Almeida propõe uma alternativa demarcatória, mais próxima à realidade cultural Nambiquara. ^(DOC 6a) Nessa ocasião, a antropóloga comunica à FUNAI ^X os desmatamentos que a fazenda São Domingos estava fazendo na região dos Alakatesu.

"atualmente cerca de 400 peões da Fazenda São Domingos de Hélio Pereira de Moraes derrubam a mata nas proximidades de uma das aldeias, colocando os índios em um quintal que não permitirá nem sequer a colocação das tradicionais roças do grupo. Além disso, um índio foi espancado (Joãozinho), e outro ameaçado de morte (Maurício), o qual em desentendimento com o peão tentou revistar ..." (Almeida; Lange e outros; op.cit)

O compromisso do Ministério do Interior (e FUNAI) com os empreendimentos da região tornava a situação insolúvel. O governo desengavetava agora seu plano de desenvolvimento para a região - Projeto Polonoroeste - que incluía o asfaltamento da BR-364 em seu novo traçado por dentro do Vale. (mapa Doc. 7) ^X Para a implantação desse projeto, o governo brasileiro solicitou co-financiamento ao Banco Mundial.

Diante desse quadro, em maio de 1980, o Centro de Trabalho Indigenista, o Conselho Indigenista Missionário e antropóloga Ana Lange (demitida da FUNAI), criaram a Comissão de Defesa do Povo Nambiquara, apoiada por 11 entidades civis e religiosas. Essa comissão enviou, nesse mesmo ano, uma carta ao então

Presidente do Banco Mundial nos seguintes termos: (DOC 8) X

EXMO. SR. .
DR. ROBERT McNAMARA
PRESIDENTE DO BANCO MUNDIAL
WASHINGTON - DC

Senhor Presidente:

Os abaixo assinados, membros de entidades dedicados à defesa e proteção do Índio no Brasil, vêm pelo presente expor a situação do povo Nambiquara ameaçado de extermínio. Na oportunidade da visita de Vossa Excelência do Brasil, no final do ano de 1979, entidades e pessoas ligadas ao indigenismo foram consultadas pelo Sr. Robert J. Goodland, assessor do Banco Mundial, a respeito das possíveis consequências das obras de pavimentação da rodovia BR-364 sobre as populações indígenas marginais à estrada. Na mesma ocasião acreditávamos que estivesse sendo concluído o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, Área de Influências da Ligação Rodoviária Cuiabá-Porto Velho" (Ministério do Interior, Ministério da Agricultura e Ministérios dos Transportes - 1979).

As sugestões, comentários e propostas apresentadas ao Sr. Goodland, naquela ocasião, partiam do pressuposto de que a pavimentação se realizaria sobre o traçado da estrada ora em utilização, ou seja, passando pela Chapada dos Parecis.

Neste instante, o movimento indigenista brasileiro ao tomar conhecimento - através do "Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil, Área de Influência da Ligação Rodoviária Cuiabá-Porto Velho" - da alteração do traçado da rodovia BR-364, que deverá cortar o território do povo Nambiquara, achou por bem formular uma denúncia à presidência do Banco Mundial.

Consideram as entidades indigenistas que, caso se concretize esta mudança no traçado da rodovia BR-364, ficará caracterizando um ato consciente e programado de genocídio.

Ocorre que o povo Nambiquara, a partir da década de 60, principalmente, vem sofrendo por parte do Estado Brasileiro, através de sua agência de desenvolvimento, o Ministério do Interior (FUNAI, SUDAM, SUDECO), um processo sistemático de expropriação de seus territórios, bem como de outras ações que levarão, inexoravelmente, ao extermínio. Considera-se que contribuíram para este processo:

- a expedição, pela FUNAI, de Certidões Ne-

gativas (documentos que negam a existência de povos indígenas e o seu direito ao território), que autorizam empresas particulares a se beneficiarem dos incentivos fiscais do governo do Estado do Mato Grosso;

- a venda ilegal de terras pelo governo do Estado do Mato Grosso;
- sucessivas transferências dos grupos indígenas para afastá-los das terras férteis;
- dilapidação dos bens naturais do povo Nambiquara através de Projetos Agropecuários, financiados pelo Governo Brasileiro, que se utilizam tanto de métodos tradicionais quanto de desfolhantes químicos;
- impedimento sistemático, por parte das Agropecuárias, do cultivo das lavouras de subsistência dos índios;
- o descaso e a ineficiência da FUNAI pelas medidas mínimas de proteção à saúde;
- a postergação intencional, pela FUNAI, das providências que objetivem a demarcação do território Nambiquara, cedendo à pressão dos fazendeiros.

A relação acima comprova que tanto o Estado como o empresariado brasileiro vêm agindo contrariamente aos direitos do povo Nambiquara reconhecidos pela legislação indigenista.

Nestas circunstâncias, acreditamos que a passagem da BR-364 dentro do território Nambiquara será o sepultamento definitivo deste povo, com a co-participação do Banco Mundial, exatamente no momento em que se está tentando viabilizar uma proposta de demarcação de reserva que assegure o mínimo do território contínuo necessário à sua sobrevivência. Entendemos que a melhor forma de participação desse Banco neste processo será o de apoio à proposta contida no mapa, em anexo, e a manutenção do traçado original da estrada.

Esta alternativa que ora apresentamos, nos parece a única que atende aos interesses e direitos do povo Nambiquara. Caso contrário a execução do programa proposto pelos Ministérios do Interior, da Agricultura e dos Transportes com o apoio e financiamento do Banco Mundial será, repetimos, um ato genocida consciente e programado.

Comissão de Defesa do Povo Nambiquara - DF
 Movimento de Defesa da Amazônia - DF
 Conselho Indigenista Missionário
 Centro de Trabalho Indigenista - SP
 Associação Nacional de Apoio ao Índio - DF
 Comissão Pró-Índio - SP
 Universidade Católica de Goiás
 Comissão Pró-Parque Yanomani - SP

Centro de Documentação e Pesquisas Indígenas - Campinas
 Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
 Associação Brasileira de Antropologia
 Operação Anchieta

Com a mobilização da sociedade civil, o caso ganhou as páginas dos jornais. Em 12 de outubro de 1980, o Jornal de Brasília dava destaque ao caso em matéria assinada por Melmélia Moreira (DOC 9)

"Antes da estação chuvosa de Rondônia a estrada BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) poderá ser usada já no seu novo traçado, pelo Vale do Guaporé cortando o território indígena da nação nambiquara. O IX Batalhão de Engenharia e Construção mantém na área, entre Ponte Lacerda e a Fazenda Sapé, uma turma de 50 homens trabalhando dia e noite para cascalhar a estrada, antes da Funai demarcar o território indígena e definir a localização dos sub-grupos alakatesu e waiksu, cujas áreas foram apagadas dos mapas da Fundação Nacional do Índio.

Conhecidos como "biafrás do Brasil", os índios nambiquaras serão analisados pelo Tribunal Russel que se reunirá em Rotterdam entre os dias 24 e 29 de novembro. O tema desse tribunal, que já julgou os crimes de guerra do Vietnã e os crimes nazistas da II Guerra, foi escolhido pelo Projecto Indígena e tem como título o "Etnocídio e o Genocídio das Minorias Étnicas da América". Para o tribunal foram enviados depoimentos sobre a dizimação da maioria dos índios americanos, mas caso nambiquara já está previamente escolhido por apresentar características incontestáveis de genocídio. Caberá ao tribunal julgar se esse genocídio é intencional ou não, uma vez que tanto a Funai como o Governo Brasileiro vêm sendo alertados e denunciados sobre a frequente dizimação desses índios, que em 1907 formava uma nação de 20 mil pessoas e hoje não passam de 570 índios desnutridos que rondam as 22 grandes empresas instaladas no Vale do Guaporé, território tradicional dos nambiquara...

A Cuiabá-Porto Velho é uma estrada de apoio ao Programa de Desenvolvimento do Noroeste-Polonoeste que, além de atingir os índios nambiquara, se estenderá ainda para os territórios indígenas dos suruí, no Parque Aripuanã, cinta-larga e paakanova. Esses índios serão afetados pelas estradas vicinais do Polonoeste. Ironicamente, esse programa de desenvolvimento será executado pelo Ministério do Interior, responsável também pela defesa dos grupos indígenas do Brasil através da FUNAI"

Entidades de apoio ao índio e jornais internacionais passaram a noticiar e alertar o Banco Mundial sobre a situação dos Nambiquara. (Doc. 10) X

O governo brasileiro e o Banco Mundial estabeleceram então um acordo de co-financiamento para o "Polonoroeste" e acertaram que seria contratado, por concorrência pública nacional, um grupo de antropólogos de fora do quadro da FUNAI para avaliar o impacto do projeto e propor medidas de proteção aos grupos indígenas afetados.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) ganha a concorrência e a antropóloga Bety Mindlin é encarregada de coordenar os trabalhos referentes ao "componente indígena" do Programa Polonoroeste. As verbas do Banco destinadas aos índios são repassadas à Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (ligada ao Ministério do Interior) que por sua vez as repassa à FUNAI.

Em 1981, as portarias de no. 1125/E e 1127/E declaram de posse permanente dos índios Manairisú, Waiksu, Alakatesu, Wasusu, Negaroté, Mamaindé e grupos da Sararé, 243.000 ha e 68.000 ha no vale do Guaporé (DOC 11) X

As pressões dos grandes grupos econômicos continuam e, em 1982, a Presidência da FUNAI faz um documento solicitando reunião com os Ministros do Interior, do Planejamento, Transportes, representantes do Conselho de Segurança Nacional e do SNI, considerando que o assunto extrapolava a competência daquela Presidência. Isto porque a resolução tinha que considerar o financiamento do BIRD para o Polonoroeste, as entidades indigenistas que ameaçavam uma campanha nacional, a Igreja, os índios e, de outro lado, interesses de setores econômicos e políticos do país.

(FUNAI, 1982).

Presidência da FUNAI, 1982

X

Finalmente, em 1985 e deixando de fora partes vitais do território indígena, as reservas do vale do Guaporé foram homologadas pelo Presidente da República e registrada em Cârceres sob o no. 19050 2N5, como Patrimônio da União. (ver quesito no. 5) X

Durante vários séculos, todo o Vale do Guaporé pertenceu exclusivamente aos Nambiquara, totalmente ocupado por eles segundo seus padrões tradicionais. Aspectos ^(DOC 12) X arqueológicos, geográficos, etno-históricos, etc, demonstram a antiguidade dessa ocupação. Rodeado de diversas etnias, a região Nambiquara se constituiu até o início do século num território intransponível, outro elemento demonstrativo de sua total ocupação por esses índios. Vejamos algumas considerações encontradas em Setz sobre elementos definidores de um território indígena do ponto de vista econômico. Um fator extrínseco limitando a área de vida seria competição (Covich, 1976). Grupos vizinhos poderiam impedir a expansão da área de vida e, nesse caso, seria observada uma expansão compensatória na diversidade de itens utilizados nas aldeias. No caso de competição, a tendência seria da área de vida se transformar em território. A defensabilidade econômica de recursos indica que a territorialidade ocorre quando recursos críticos são suficientemente abundantes e previsíveis, no espaço e no tempo, de modo que os custos de uso exclusivo e defesa da área são recuperados pelos benefícios ganhos pelo controle do recurso. (Brown; 1964 apud Dyson-Hudson & Smith; 1978 in Setz; 1982:129).

A antiguidade de suas culturas agrícolas, entre cujos produtos destaca-se o milho pré-colombiano (ver quesito de no. 5 / FUNAI) contribuiu para alterar a idéia errônea de X que os Nambiquara eram um povo nômade. Também aspectos tradiciona-

is de sua organização social como a pulverização em várias pequenas aldeias e a adaptação de sua ecologia alimentar às variações sazonais, levaram cronistas e viajantes a atribuir aos Nambiquara um nomadismo infundado.

Levi-Strauss menciona que o ano nambiquara é dividido em dois períodos: o da seca e o das águas. No período da seca os índios necessitam de maior movimentação para buscar alimentos. (Levi-Strauss;1955;335). Price mostra que a movimentação nambiquara é uma necessidade também cultural, e não um nomadismo. Ele conta que visitas frequentes à outros grupos são muito importantes para se tratar casamentos. Essas visitas são mais frequentes na primeira parte da estação seca, quando há menos trabalho nas roças. Há também um período livre durante as chuvas quando as roças do ano já foram plantadas.

Se consideramos que, dentro de seu território maior pressionado por outras etnias os grupos Nambiquara - entre os quais existem fronteiras políticas bem determinadas - circulam em busca de alimentos numa economia adaptada às variações sazonais e às "ilhas de recursos" que a natureza oferece, entenderemos que os índios não andam simplesmente "ao acaso", como argumentos baseados no termo "perambulação" querem fazer crer.

Numa economia tradicional do tipo da Nambiquara, sair à cata de recursos é atividade diária. Oberg nos dá uma interessante descrição de um dia "normal" na vida Nambiquara.

... Toda manhã, enquanto o grupo de Júlio acampava em Utiaity, uma ou duas famílias eram vistas saindo, o marido à frente, armado de arco e flechas, a mulher logo atrás, carregando um cesto grande às costas, uma criança atada à anca e outra à seguí-la. A proporção que caminham, vão recolhendo frutas, castanhas, insetos, cobras, saúvas, lagartos, ratos, mel e grande variedade de...

larvas. Ao chegarem perto de uma pequena lagoa, entram com pequenas cestas nas mãos e pegam peixes miúdos... Passarinhos... são flechados se algum dos homens conseguir aproximar-se o suficiente para usar o arco. Se chegam perto de um pé de buriti, do tamanho ideal, eles o derrubarão e o colocarão no cesto para levar ao acampamento. No percurso de volta, geralmente apanharão grava para fazer fogueira. Assim, quando uma família retorna à noite o cesto estará cheio de diversos tipos de alimentos e apetrechos úteis... (Oberg;1953)

Concluindo, desde que se ouve falar em Guaporé, se ouve falar em Nambiquara e vice-versa. Por todos os aspectos que fazem de determinada região um território indígena, o Guaporé é "habitat" etno-históricamente constituído, fartamente documentado.

2) De quando data a ocupação da referida área pelos índios que ali viveram e a ainda vivem ?

A ocupação da região pelos Nambiquara, pode ser datada em pelo menos três séculos, conforme documentos históricos apresentados. Entretanto, dados arqueológicos e características étnicas apontam para uma ocupação nambiquara ainda mais antiga.

Já consideramos devidamente comprovada a imemorialidade da área, mas gostaríamos ainda de chamar a atenção para sua singularidade étnica e territorial. Observando-se mapas etno-históricos da ocupação indígena sul americana, nota-se que grupos indígenas de origens tupi, jê, aruak, carib, e outros, encontram-se espalhados pelo território nacional e alguns além mesmo de suas fronteiras. Já os Nambiquara se constituem numa família linguística isolada, localizada apenas na região do Guaporé e adjacências, ocupando até o início do século, um território de 5.570.000 km². Vejamos o que nos diz Fricke a respeito das fronteiras étnicas da área de ocupação Nambiquara;

"Para o sudeste os Pareci do grupo Aruak a quem chamam de walakitesu, com quem partilham o Planalto dos Pareci. No começo deste século Rondon relata que os Pareci vivem nas fronteiras como o rio Buriti e as cabeceiras do Juruena do Guaporé. Além disso, Rondon diz que realmente havia uma zona neutra entre o Juruena e o Papagaio, na qual nem Nambiquara nem Pareci construíam aldeias. Na extremidade norte da fronteira os Nambiquara eram limitados pelos Iranxe(menku) uma tribo dialetalmente ligada aos Pareci ...

A localização dos limites sul da região Nambiquara é mais difícil de se determinar, desde que brasileiros moram na área desde 1734 ... Mas está claro que tinham estado lá desde o fim do século XVIII, pois em

1767 Ricardo Franco descreve o território Cabixi como incluindo as cabeceiras do Galeira e do Sararé. Ao sul desta região, nos rios Cabaçal e Jauru, moravam os Bororo ocidentais, extintos no início do século passado. Sua língua (Kuruminaka e os Kurukaneka) parece estar relacionada com o Bororo e assim é possível que alguma vez os Nambiquara tenham dividido uma fronteira do sul com falantes do macro-gê ... A oeste do Sararé, atravessando o Guaporé, ao longo do rio Verde era falada a língua saraveka, ... língua aruak relacionada ao Pareci ... Abaixo do Guaporé moravam os guarayo ..., falantes de uma língua ligada ao guarani e que aparentemente emigrou do Paraguai, até seu lugar atual no começo do período histórico ...

A fronteira noroeste dos Nambiquara parece ocorrer um pouco ao noroeste do rio Cabixi, ao longo do rio Comemoração até a boca do Pimenta Bueno, atravessa a terra num ponto do Roosevelt entre salto Navaité e cachoeira do Simplicio. Há muitas evidências para a colocação dessa fronteira: ... Pouco se sabe das tribos moradoras da fronteira noroeste da área Nambiquara. Nimuendajú fala de uma tribo chamada Kapisana morando na cabeceira do rio Corumbiara. Segundo um vocabulário que transcreveu, sua língua é idêntica de uma outra tribo da região que Becker-Donner chama Canoeé. Um pouco para o norte do rio Pimenta Bueno estão os Massacá (tubarão) ...

Rio abaixo no Pimenta Bueno moravam os Salamaim. Vocabulários desta língua aparecem com Sanaimakã, Mondê e Salamay ... Em 1913, um pouco para o norte dos Salamaim, encontram uma pequena tribo que aparentemente chamava a si mesma Kepkiriwat. Vocabulo de sua língua mostra que pertence à família Tupi ... Ao norte dos Nambiquara moram os Cinta-Larga e Suruí; uma tribo que evitou o contato até 1970. Eles também falam uma língua tupi e tem numerosas aldeias no baixo curso do rio Tenente Marques e também ... Uma tribo chamada Canoeiros ou Erigpaktsá mora ao longo de considerável faixa do Juruena, pelo menos até o sul na boca do Juína Mirim ... Sua língua é ligada muito dianciadamente às línguas tupi ...

Dentro da região cercada por essas tribos, morava uns os Nambiquara dispersos em vários grupos. Embora sua terra natal compreendesse uma área cerca de 5.570.000 km², ... a maior parte da região é de cerrado pobre, terra seca, inútil para qualquer coisa a não ser a

caça - nem milho, nem mandioca, as duas bases da dieta Nambiquara crescem satisfatoriamente no cerrado. Assim os Nambiquara fazem suas roças nas florestas dos rios ... Mesmo estando localizados às margens de rios os Nambiquara não são gente de rio e sim das cabeceiras. Isto é mostrado claramente pelo fato de que não usavam canoas ... Mesmo os limites da região Nambiquara tendem a se relacionar com os limites de navegabilidade dos rios que percorrem, sugerindo que a área agora habitada possa ter sido parcialmente definida por obstáculos naturais e posterior invasão de índios canoeiros. Esta observação junto com o fato de que a família da língua Nambiquara é pequena e isolada, sugere que os índios possam ter sido habitantes da região antes de seus vizinhos aruak e tupi. Newman chegou à conclusão similar com base em dados antropométricos"... (grifo nosso) (Price; 1972)

3) Quantos grupos étnicos de origem ameríndia vivem nas terras que compõe a área indígena Vale do Guaporé ?

Vivem na área indígena Vale do Guaporé, todos os grupos conhecidos genericamente como Nambiquara do Vale:

grupo	administração Funai (Posto Indígena)
Katitaunlú	PI Sararé
Qualitsu	"
Kalunhwaisu	"
Uaihlatisu	"
Sayulikisu	"
Wasuhãntesu	PI Wasusu
Tanlãntesu	"
Kwalinsatesu	"
Hahaintesu	PI Manairissú e PI Araputanga
Yodunsu	"
Qaisatesu	"
Natesu	"
Aikatesu	"
Yuwaroatesu	"
Aikisu	"
Alantesu	PI Alantesu
Erihitansu	"
Hoskokosu	"
Waikatesu	"
Alakatesu (Sorana)	"
Waiksu (Sorana)	"

Também estão localizados na área indígena Vale do Guaporé 2 grupos Nambiquara do norte:

grupo	Adm. Funai (Posto Indígena)
Mamaindé	PI Capitão Pedro
Negaroté	PI Negaroté

Originalmente esses grupos e outros tantos que foram extintos espalhavam-se por todo o Vale do Guaporé, cada qual dominando a cabeceira de um determinado rio. A localização dos grupos obedece determinações geográficas e muitos deles são nominados de acordo com a espécie alimentar abundante na região. Assim os Alantesu são o Povo do Piqui, os Erihitansú são o povo do Buri-

ti, os Alakatesu são o povo da Piúva (pau d'arco, ipê roxo) etc.

A ocupação original desses grupos e outros tantos do campo e do norte são perfeitamente determináveis historicamente, e parte dela encontra-se documentada em um mapa feito por David Price e Silbene de Almeida com base nas informações dos índios (DOC 12) X

Em consequência da drástica redução populacional e da ocupação do território tradicional indígena por agropecuárias, os remanescentes dos vários grupos foram se juntando em função da proximidade geográfica, da disponibilidade territorial, das relações de troca e casamento, etc., e hoje se encontram agrupados conforme o quadro acima descrito. Acerca dos mecanismos de fusão dos grupos, diz Price:

"A única espécie de fusão de bando que ocorre mais facilmente se dá entre bandos de proporções muito desiguais. Isto é, quando um bando se tornou tão pequeno que restam apenas um ou dois indivíduos, cessa de ser uma entidade política a ser defrontada, e os sobreviventes são calmamente aceitos numa aldeia de outro bando. Em conclusão deve-se assinalar que a maior razão para o desenvolvimento de bandos de muitas aldeias parece ter sido ecológica ... O bando de muitas aldeias foi pouco desenvolvido ou não existiu no Guaporé, onde o tipo de vegetação é relativamente homogêneo. Por outro lado, seu maior desenvolvimento foi na bacia do Juruena, onde as margens habitáveis dos rios eram claramente separadas por campos inóspitos. Assim o bando é visto como um simples amadurecimento de reconhecidas áreas sub-culturais... (Price; 1972)

Concluindo, vivem na área indígena Vale do Guaporé vinte e três grupos Nambiquara do Vale e dois grupos Nambiquara do norte, que, em consequência da depopulação e da ocupação do Vale por agropecuárias, encontram-se agrupados, próximos à sete unidades administrativas da FUNAI.

4) Qual o perfil antropológico do grupo ou grupos indígena(s) que habita(m) a área Vale do Guaporé ?

Os grupos Nambiquara são divididos em numerosos pequenos grupos. Há uma sugestão de que os grupos de muitas aldeias são relacionados com os maiores rios da região. Nesse sentido, no Campo, os grupos são compostos de várias aldeias, ou melhor, é reconhecida uma unidade de muitas aldeias, enquanto que no Vale do Guaporé, o maior grupo nominado que parece existir é compreendido pelos habitantes de uma única aldeia. Assim, no Vale, há um relativo grande número de grupos em relação ao tamanho do território (Price, 1972).

Enquanto a separação de aldeias parece ser o resultado de hostilidades dentro da aldeia paterna, a formação de novos grupos parece ser o produto da tendência de se separarem aldeias ou grupos de aldeias por simples isolamento geográfico, o que faz das razões geográficas fatores determinantes de identificação.

As fronteiras entre os grupos são marcadas por diferenças sub-culturais culturalmente reconhecidas, especialmente na língua, música e cultura material. As relações entre os grupos envolvem trocas de bens, roubo de mulheres, guerra e modelos incessantes de hostilidades são dos mais importantes modos pelos quais as fronteiras entre os grupos são mantidas. (op.cit).

Levi-Strauss descreve a tensão reinante quando do encontros de diferentes grupos (Levi-Strauss; 1955: 374-375).

"Os homens vinham sós; rapidamente iniciou-se uma longa conversa entre os chefes respectivos, a qual consistiu mais numa sucessão de monólogos alternados num tom queixoso e anasalado que eu ainda não ouvira anteriormente: "estamos muito irritados! vós sóis os nossos inimigos!", lamuriavam-se uns; ao que os outros respondiam aproximadamente: "nós não estamos irritados! somos vossos irmãos! somos amigos! amigos! podemos entender-nos! Uma vez terminada esta troca de provocações e protestos, um acampamento comum organizou-se ao lado do meu. Depois de alguns cantos e danças, durante as quais cada grupo depreciava a sua própria exibição, comparando à do adversário - "os Jamainde cantam bem, nós cantamos mal!" - a discussão recomeçou e não tardou que o tom se elevasse... Esboçavam-se gestos de ameaça, produziam-se por vezes, mesmo rixas, enquanto que outros indígenas se entrepunham como medianeiros. Todas as ameaças se reduzem a gestos, pondo em causa as partes sexuais... Em todos estes comportamentos a atitude dos indígenas é extremamente tensa, como num estado de cólera violenta e contida. Estas lutas degeneram eventualmente em conflitos generalizados; no entanto desta vez, acalmaram-se... Sempre no mesmo estado de irritação aparente e com gestos sem suavidade, puseram-se então a examinar uns aos outros, apalpando os brincos, as pulseiras de algodão, pequenos ornamentos de plumas e murmurando palavras rápidas: - "dá... dá... vê... isto... é bonito!", enquanto o proprietário protestava: "é feio... velho... estragado!"... Esta inspecção de reconciliação assinala a conclusão do conflito. Com feito, introduzem outro género de relações entre o grupo: as trocas comerciais..."

Com base nessa prática de relacionamento entre os Nambiquara (e outros), Levi-Strauss entende que as trocas comerciais representam guerras potenciais pacificamente resolvidas; e as guerras são o resultado de transações comerciais bem sucedidas (Levi-Strauss 1942).

com Levi Strauss

O que podemos observar quando de nossas visitas à área Nambiquara, foi a má recepção à indivíduos de outros grupos com os quais tinham questões pendentes: os habitantes da aldeia não dirigiam a palavra nem ofereciam comida aos visitantes. Outra dificuldade sempre presente nos relacionamentos são as eternas dívidas de mulheres, que provocam morte até os dias de hoje. Em 1985 um índio Wasusu foi morto a flechadas porque "tomou" de outro uma índia que pertencia a seu grupo. Quando há mortes de mulheres essas dívidas tornam-se difíceis de serem pagas, situação agravada ainda mais pela coexistência de remanescentes de diferentes grupos.

As aldeias e o sistema de parentesco

As aldeias Nambiquara reúnem, em média, de 20 a 30 pessoas agrupadas em torno de um líder familiar. Os processos de fusões temporárias ou permanentes (através de casamentos) e cisões ocorridas geralmente pela linha paterna, auxiliam a manutenção do grupo em torno da média populacional acima mencionada. Supõe-se que no início do século, as aldeias eram ainda menores que as atuais, compostas por duas ou três casas grandes que reuniam família extensas (Price, 1972). Esse sistema de organização espacial continua vigorando até hoje, embora tenha aumentado o número de casas por aldeias. A aldeia se compõe, de habitações cujas frentes são voltadas para um terreiro, e casa de flautas. O terreiro é o centro da vida pública, lugar onde se realiza o processamento diário de alimentos e demais trabalhos (ver quesito de no.05/FUNAI); onde se realizam os rituais e

onde tradicionalmente se enterram os mortos.

A interação entre aldeias está ligada à troca de parceiros para casamento e de posses materiais. Estes dois tipos de trocas são diferentes, pois nas trocas de bens materiais, a propriedade é transferida sem qualquer acordo de transferência recíproca posterior de propriedade de igual valor. Nas transações de casamentos, os dois pares recíprocos são negociados num mesmo tempo, como "pagamento" de cada um (op.cit,1972).

Ao tratarmos brevemente do sistema de parentesco neste quesito, estamos preocupados em esclarecer porque a reprodução do sistema social dos Nambiquara está intimamente relacionada com o controle que cada grupo distinto faz de determinada parcela do território.

O sistema de parentesco Nambiquara é um sistema de categorias nominadas que servem para classificar todos os membros do grupo de alguém. Os Nambiquaras não calculam o parentesco de alguém por referência a uma linhagem genealógica, mas de acordo com as relações entre os grupos de sibling que ocorrem e embora nenhum termo seja definido por referência a critérios tais como "membros da linha paterna", sempre que o parentesco distante é calculado, as partes intervenientes são calculadas através dos homens.

Segundo Price (1972,1976,1981), a partir do conceito de parentesco, todos os membros de gerações contíguas se distribuem em duas categorias não nominadas que não se estendem a outras gerações e podem ser chamados de "consanguíneos" e "afins". O pertencer a essas categorias se define por um tipo de patrifiliação não acumulativa: uma criança chama "irmãos" aos filhos dos homens que seu pai chama "irmãos" e chama "cunhados" aos filhos dos homens que seu pai chama "cunhados".

Através do casamento formam-se alianças políticas e económicas e assegura-se o acesso a bens escassos na própria aldeia. As alianças políticas surgem em torno de um sogro e seus genros, na forma de facção. Aldeias com grande número de indivíduos normalmente incluem mais de uma facção e tendem à fissão, dando origem a duas ou mais aldeias. Dissidentes de outras aldeias são vistos numa aldeia como visitantes de longa duração. Podem se estabelecer ali se dispuserem de mulheres para casamento ou oferecem outras vantagens como bons caçadores, aumentando o rendimento de caça da aldeia. (op.cit;1972)

O sistema preferencial de casamento é de primos cruzados bilaterais, endogâmicos em relação à aldeia e geralmente, uxorilocal quando o pai da noiva está vivo. Por outro lado, como se busca casamentos dentro de uma mesma geração, a endogamia se dá quase que apenas num nível ideal, pois o tamanho das aldeias e a depopulação tem inviabilizado o padrão preferencial. Na prática, portanto, a maioria dos casamentos atuais são exogâmicos, isto é, entre grupos, o que força um relacionamento (sempre tenso) "para fora", ao mesmo tempo que reforça a necessidade de cada grupo recuperar seu território de origem afim de marcar os limites de identidade.

Assim, a política de casamentos é que os sogros tentam conseguir genros, cunhados tentam conseguir mulheres para si mesmos em troca de suas irmãs, e os grupos residenciais tentam manter sua força de trabalho e a balança de poder. Além disso é importante que um líder de família extensa forte seja respaldado por seus irmãos, afim de consolidar sua liderança. Um casamento, portanto, é preocupação de todos e a base da sociedade Nambiquara. (idem;ibidem)

Rituais

Em relação aos rituais - elemento cultural de grande importância cada vez maior no relacionamento inter-grupos - três tipos se destacam:

1. festival de flautas;
2. furação do lábio superior e do septo nasal, por ocasião da puberdade masculina;
3. "festa da moça", por ocasião da puberdade feminina.

Nos festivais de flauta, o espaço do ritual é dividido em dentro e fora as mulheres são obrigadas a permanecerem nas casas, enquanto os homens passam a noite tocando flauta no terreiro. As flautas são objetos exclusivamente masculinos e são sagradas na medida em que é através delas que os espíritos se expressam. São várias as circunstâncias desses rituais: auxiliar as roças, comunicar o nascimento ou morte de uma pessoa, trazer solução para um problema que perturbe a comunidade, transmitir alegria, transmitir mitos (Figueroa, s.d., pg.37).

A cerimônia masculina de furação do lábio superior e do septo nasal dos meninos acontece na puberdade. Todos apontam que é muito importante que o furo seja feito no tempo certo (por volta dos 10 anos) e seu efeito é fazer com que o menino cresça rapidamente e se torne um homem.

A puberdade feminina é o rito de passagem mais elaborado da sociedade Nambiquara, realizado apenas por alguns grupos. Quando a menina tem sua primeira menstruação, seu pai constrói rapidamente uma pequena cabana de reclusão, onde ela permanece uns dois meses aproximadamente. A moça não deve tomar sol nem sair de casa, pois o "mau espírito" do falcão, daup-tá-dah-sú,

beberia seu sangue e levaria seu espírito para o céu". (Price, 1972).

Preparam muita comida e muita chicha para receber os convidados de outros grupos. A cerimônia deve ser conduzida por um xamã, isto é, um homem que tem "o poder do espírito".

Após 2 meses de preparativos, a festa dura 4 dias. Na primeira noite, os espíritos dos ancestrais são chamados para virem assistir a festa. Na segunda noite eles chegam. Na terceira noite há um conselho com os espíritos para fortalecer a moça e prepará-la para a vida futura. Na quarta noite há uma despedida e os espíritos partem. A casa da moça é destruída e termina a festa.

Esse rito de passagem visa fortalecer e preparar a jovem mulher para a vida futura. A realização dessas festas é uma ótima oportunidade para que os grupos possam se encontrar de maneira amistosa, negociar casamentos e ao mesmo tempo marcar suas diferenças étnicas a partir da exibição de cantos e danças próprios. Em 1986 tivemos a oportunidade de documentar dois ritos de iniciação feminina e nas duas ocasiões um dos grupos visitantes foi convidado a "retirar" a moça, isto é, cantar ou tocar durante os 4 dias e noites, segundo a sua maneira ritual.

Cosmologia

Em relação aos mortos, o principal critério que transforma um lugar numa aldeia e o distingue de um simples acampamento é o fato de que alguém está enterrado lá. Portanto, um indivíduo deve nascer em determinado território onde tam-

bém deve ser enterrado, situação que encontra paralelo nos mitos que dizem ter os Nambiquara se originado de determinadas cavernas que eles denominam "buracos dos espíritos", para onde voltam após a morte. Essa caminhada de volta da alma / sombra / espírito é feita através do xamã. Nessa outra dimensão, os índios crêem que também tem corpo, ornamentação, identidade individual, vida social e formas de expressão estética como música e dança. Conforme os mitos, quando se envelhece nessa dimensão, troca-se de pele como as cobras e se reinicia o ciclo de vida (Figueroa - Comunicação Inter-étnica e Saúde Indígena, o sistema de cuidados de saúde entre os Negaroté - Nambiquara, MT - s.d.)^{hunnig.}

Personagens míticos convivem com os espíritos dos mortos nessas cavernas sagradas. Levi-Strauss diz que a alma dos homens encarnam-se nos jaguares enquanto que as almas das mulheres e crianças são transportadas para a atmosfera onde se dissipam.

Muito da tradição oral dos povos indígenas do Vale do Guaporé confirma os dados históricos apresentados no quesito de n. 1. Sua visão da história é cíclica e supõe que a população do mundo tenha conhecido florescimentos e extermínio quase total em várias ocasiões.

"Houve um mundo que terminou em uma grande inundação ah³weh²na³la², outro extinguiu-se em noite, outro ainda quase acabou devido ao apetite canibal dos a³ta³su², espíritos malfezidos que encarnam macacos sobrenaturais que rondam as florestas à noite. Depois que o mundo naufragou e as águas baixaram, os índios apareceram, e com eles a civilização atual. Quanto a isso são explícitos; dizem ter emergido da rocha de seu território e seriam os primeiros habitantes da terra. Mas este mundo ainda teve de evoluir. A princípio o humano e o animal ainda não eram distintos, o maior herói mitológico era na realidade meio pássaro (aik³k'ah³lo²su²). Pouco a pouco este universo foi se modificando-se, outros povos indígenas nasceram das diversas transformações pelas quais passou o primeiro povo através das gerações.

X
Na antiguidade os a² nu² su² conviviam com os sa² lãu³ su², os sa³ mã² le³ ki¹ te² su² e outros. Os Kwa³ jan³ tsu² ou "civilizados" foram os últimos a surgir, logo entraram em guerra com os sa³ mã² le³ ki¹ te² su² (os índios do campo) e quase aniquiliaram-se mutuamente. Por um tempo, para ser exato, os sa³ mã² le³ ki¹ levaram a melhor, comeram todos os civilizados até sobrar apenas um por ser muito magro foi desprezado na hora de ir para o caldeirão, fugiu, teve muitas relações sexuais e então eles voltaram a ser muitos. Os sa² lãu³ su² também quase mataram todos os a² nu² su², mas estes se distanciaram tanto que ao se reencontrarem depois não se reconheceram mais. As línguas também foram mudando e é o vale seria então o berço da civilização e agora que os Kwa³ jan³ tsu², o derradeiro elo desta civilização, retornaram ao vale, fecha-se o círculo... No começo, deixaram os Kwa³ jan³ tsu² em paz, até que um índio espreitando-os, viu que eles haviam aprendido a fazer armas de fogo, casas e vacas da areia do solo, voltou e contou aos wa³ suh¹ su², os guardiões da humanidade, e estes se indignaram. Foi aí que começaram os problemas atuais, os civilizados usavam suas mulheres, roubavam-nas e levavam também as crianças: "... aí veio seringueiro, e os que gostavam de outro, e os que querem cortar madeira ... Primeiro não tinha estrada, só caminho de índio ... não tinha cerca nem fazenda. Chegou missionário, Funai, depois veio polícia e abriu picada, fez reserva de índio". (Fiorinni; 1987).

5) Tais índios utilizavam-se e vem se utilizando de toda a área indígena Vale do Guaporé, no sentido da aquisição e/ou apropriação dos seus meios de subsistência e preservação de sua vivência sócio-cultural ?

Sim. Os índios utilizam-se de toda a área indígena Vale do Guaporé e para entendermos sua distribuição territorial e suas formas de aproveitamento dos recursos alimentares, vamos nos reportar brevemente à geografia (que inclui as áreas do campo) e à economia Nambiquara (especificamente do Vale). A região dos Nambiquara é formada por cerrados e matas.

"A chapada localiza-se no coração da América do Sul e forma um grande divisor de águas entre a bacia Amazônica ao norte e o sistema hidrográfico Paraguai (pantanal) - Paraná - Uruguai, ao sul. As cabeceiras do Paraguai e dos formadores de dois importantes tributários do Amazonas, o Juruena-Tapajós e o Guaporé-Madeira, confundem-se no topo da Chapada, os meandros de seus altos cursos quase se encontram, fluindo lado a lado, muitas vezes na direção oposta da qual depois deverão tomar.

Diversos ecossistemas distribuem-se pela região, interpenetrando-se. A Chapada contém campos e cerrados de vegetação xerofítica, alguns deles tão inóspitos quanto as caatingas do nordeste...

A transição do cerrado para a floresta dá-se ou repentinamente ou através de uma vegetação de transição chamada charravascal, composta de certas leguminosas e espinheiros impenetráveis. Matas de galeria, capões e charravascais são ecossistemas independentes e comportam espécies próprias, tanto vegetais quanto animais.

O vale do Guaporé, a oeste da chapada, pode ser considerado como o extremo sul da Amazônia. Suas matas eram conhecidas como as famosas "matas da poia". Hoehne (1914) dis-

tinguiu ainda mais um ecossistema peculiar à região, a floresta de encosta ou higrófila-megatermal. Esta só é encontrada nas vertentes ocidentais da Chapada dos Parecis. Os degraus consecutivos que despenham para o vale do Guaporé abrigam essa mata que caracteriza-se por uma pluviosidade acentuada, onde as epífitas são mais encontradas do que no vale propriamente e as folhas das árvores são mais adaptadas a rápida transpiração. É lá que se encontra um dos sítios arqueológicos mais antigos da América do Sul (...) conhecido como as cavernas dos espíritos Nambiquara." (Fiorini, 1987).

O mapeamento fitogeográfico da região oeste e noroeste do vale do Guaporé (Projeto RADAMBRASIL, vol.19) subdivide a área em 4 regiões fitoecológicas distintas: savana, floresta densa, floresta aberta e floresta semidecidual (SIL), além de áreas de tensão ecológica e ação antrópica.

Price explica a divisão da região em três distritos de acordo com a direção dos rios e cada um deles com floresta e savana em diferentes proporções, 85% de floresta; rio Roosevelt (norte) - 35% de floresta e o rio Juruena (campo) - 5% de floresta. As aldeias são separadas por áreas indesejáveis como savanas, florestas fechadas e pântanos impenetráveis. No norte e no campo, as aldeias tendem a se juntar próximas a pequenas florestas na beira dos rios, e no vale, as aldeias tendem a se localizar em ilhas de savanas no meio das florestas e mesmo clareiras abertas na mata. No vale do Guaporé, os vários grupos dedicam-se de uma mesma forma a aproveitamento do meio ambiente. (Price; 1986).

A ecologia alimentar, isto é, a adaptação da cultura Alantesu a seu ambiente e as alterações de-

correntes dessa adaptação, foi estudada por Setz em 1980. E com base neste trabalho que apresentamos a seguir dados sobre os alimentos disponíveis e a técnica que os índios desenvolveram para obtê-los. Esses índios são atualmente os vizinhos mais próximos dos Waiksu, grupo objeto da ação deste processo que vivem nas cabeceiras do Córrego Fundo, município de Guaporé. A cobertura vegetal da região é muito variada, notando-se a presença de espécies (relacionadas na tabela 1) que ocorrem nas diversas formações.

Durante o período estudado por Setz, na dieta dos índios ocorreram 48 espécies de vertebrados, 18 espécies de insetos, 17 espécies de frutos e 9 espécies de amiláceos. Os itens de maior frequência de utilização formam os amiláceos (41,9%) seguidos pelos vertebrados (32,1%), frutos (19%) e insetos (7%). Os índios despenderam, em média, mais tempo em caça seguida pela roça, coleta e por último no processamento de alimentos. (Setz;1982:105).

É importante mencionar aqui que a procura de carne tem mais sucesso quando o caçador se movimenta e o cultivo das plantas tem mais sucesso quando o cultivador fica próximo as suas roças. Nesse sentido, os índios devem alternar as duas atividades afim de obterem um equilíbrio alimentar.

A caça (trabalho exclusivamente masculino) e a pesca são atividades diárias dos índios do vale e Setz verificou que entre eles há o consumo de proteína animal em, pelo menos, uma refeição diária. O consumo de peixes, dada a abundância dos mesmos, é maior que o de caça embora a última seja muito apreciada e alimento ritual importantíssimo. Mas o estabelecimento de fazendas no vale do Guaporé teve grande impacto na disponibilidade de caça, complicando inclusive as relações que se es-

Espécies arbóreas que ocorrem na "mata da poaia", no alto e no baixo rio Guaporé (Veit, com. pessoal)

Família	Espécie	Nome Comum
- alto rio Guaporé:		
Anacardiaceae	<i>Spondias lutea</i>	cajazeiro
Apocynaceae	<i>Aspidosperma</i> sp.	peroba rosa
Bignoniaceae	<i>Tabebuia</i> spp.	ipês diversos
Bombacaceae	<i>Ceiba pentandra</i>	samaúma
Guttiferae	<i>Calophyllum brasiliensis</i>	jacareúba, guanandi
Lecythidaceae	<i>Cariniana</i> spp.	jaquitibã branco e rosa
Leguminosae		
. Caesalpinoideae	<i>Apuleia</i> sp.	garapeira
	<i>Hymenaea courbaril</i>	jatobã
	<i>Schizolobium excelsum</i>	guapuruvu
. Mimosoideae	<i>Enterolobium</i> sp.	orelha-de-macaco
	<i>Inga</i> spp.	ingãs
	<i>Piptadenia</i> spp.	angicos diversos
. Papilionoideae	<i>Bowdichia</i> sp.	sucupira
	<i>Myroxylon</i> sp.	cabriúva
	<i>Pterodon pubescens</i>	sucupira branca ou amar.
	<i>Torresea</i> sp.	cerejeira
Heliaceae	<i>Cedrela</i> sp.	cedro
	<i>Swietenia macrophylla</i>	araputanga ou mogno
Moraceae	<i>Cecropia</i> sp.	imbaúba
	<i>Ficus</i> spp.	figueira, gameleira
Palmae	<i>Mauritia</i> sp.	buriti
	<i>Orbignia</i> sp.	babaçu
	?	acouri
Rubiaceae	<i>Genipa americana</i>	jenipapo
Sterculiaceae	<i>Sterculea</i> sp.	mandobi-do-pau, chichã
Verbenaceae	<i>Vitex</i> sp.	tarumã
- baixo rio Guaporé:		
Boraginaceae	<i>Cordia goeldiana</i>	Freijõ
Caryocaraceae	<i>Caryocar villosum</i>	piquiã
Euphorbiaceae	<i>Hevea brasiliensis</i>	seringueira
Lauraceae	<i>Mezilaurus itauba</i>	itaúba
Leguminosae		
. Mimosoideae	<i>Dinizia excelsa</i>	angelim-pedra
Olacaceae	<i>Minquartia</i> sp.	acariquara
Sapotaceae	<i>Manilkara</i> sp.	maçaranduba
Vochysioaceae	<i>Qualea</i> sp.	mandioqueira
	<i>Vochysia</i> sp.	castelo ou cambarã

Retirada de Setz, E. - Ecologia Alimentar em um Grupo Indígena : Comparação entre aldeias de floresta e de cerrado. Mimeo - 1982.

Tabela 11 - Itens vegetais utilizados na alimentação pelas aldeias Alanteru, na mata (M), e Juína, no cerrado (C), nas visitas: prévia (p), época seca (s) e época chuvosa (c).

Família	Espécie	Nome Comum	Utilização
Itens colhidos			
Araceae	<i>Alocasia</i> sp. (?)	inhame	MpMs
Caricaceae	<i>Carica papaya</i>	mamão	MpMsMc
Convolvulaceae	<i>Ipomoea batatas</i>	batata-doce	MsMc
	<i>Ipomoea</i> sp.	batata-laranja	MsMc
Cucurbitaceae	<i>Citrullus vulgaris</i>	melancia	Mc
	<i>Cucumis sativus</i>	pepino	Mc
Euphorbiaceae	<i>Manihot esculenta</i>	mandioca-mansa	MpMsMcCpCsCc
		mandioca-brava	CpCsCc
Graminae	<i>Oryza sativa</i>	arroz	Cc
	<i>Zea mays</i>	milho-saboro	MpMsMc
Leg. Pap.	<i>Arachis</i> sp.	amendoim	MpMsMc Cc
	<i>Phaseolus vulgaris</i>	feijão	CsCc
	<i>Phaseolus</i> sp.	feijão-fava	MpMsMc
Marantaceae	indet.	araruta	Ms Cc
Musaceae	<i>Musa acuminata</i>	banana	MpMsMc
Itens coletados			
Anacardiaceae	<i>Anacardium</i> sp.	caju-do-campo	Cs
	<i>Spondias</i> sp.	cajã	Mc
Annonaceae	<i>Annona</i> sp.	marolo	CsCc
Apocynaceae	<i>Hancornia speciosa</i>	mangaba	CpCsCc
Bromeliaceae	<i>Ananas</i> sp.	abacaxi-do-campo	Cc
Caryocaraceae	<i>Caryocar</i> sp.	piqui	Mp Cs
Chrysobalanaceae	indet.	marmelo	Cs
Dioscoreaceae (?)	<i>Dioscorea</i> sp. 1 (?)	carã-do-mato	Ms
	<i>Dioscorea</i> sp. 2 (?)	carã-do-campo	Cs
Lecythidaceae	<i>Eschweilera</i> sp.	castanha	Cs
Leg. Caesalp.	<i>Hymenaea courbaril</i>	jatobã	MpMs Cs
Leg. Mim.	<i>Inga</i> sp.	ingã	Mc
Melastomataceae	<i>Miconia albicans</i>	s/ nome 1	Cp
	<i>Miconia</i> sp. 1	s/ nome 2	Cc
	<i>Miconia</i> sp. 2	guaiãquisu	Cs
	<i>Mouriri</i> sp.	alunquisu	Cs
Meliaceae	indet.	duntequisu	Ms
Myrtaceae	<i>Eugenia</i> sp. 1 (?)	aluchnuãiliquisu	Cs
	<i>Eugenia</i> sp. 2	cikãgaquisu	Cs
Passifloraceae	<i>Passiflora martii</i>	warourouquisu	Cc
Rubiaceae	<i>Alibertia</i> sp.	melado	Cp
	<i>Ixora</i> sp.	fruto amarelo s	Mp
	indet.	marmelada	Mc
Sapindaceae	<i>Talisia</i> sp.	ãuriquisu	Mc
	indet.	pitomba	Cs
Sapotaceae	<i>Pouteria pariry</i> (?)	frutão	Mc
	<i>Pouteria</i> sp.	sadãosu	Cp Cc
	indet.	fruto-lobinho	CpCs
Sterculiaceae	indet.	fruto vermelho	Mp
	<i>Guazuma</i> sp.	tarauãquisu	Ms
Palmae	<i>Theobroma</i> sp.	cacau	Mc
	<i>Mauritia vinifera</i>	buriti	CpCs
	<i>Maximiliana</i> sp.	coco-inajã	MsMc
	<i>Oenocarpus</i> sp.	bacaba	Cs
	indet.	wãisiquisu	Cc
	indet.	coquinho	MpMsMc CsCc
	indet.	fruto amarelo b	Mp
indet.	fruto amarelo l	Mc	
indet.	arūquisu	Mc	
indet.	atĩnquisu	Cs	
indet.	dãiriquisu	Cs	
indet.	cainrezãtsu	Cs	
indet.	fruto não ident.	Cs	
indet.	indet.	caroço de paina	Cs

TABELA 2

Retirada de SETZ, E. - Ecologia Alimentar em um Grupo Indígena: Comparação entre aldeias de floresta e de cerrado. Mimeo - 1982.

- para (a) e chovões (c): sendo que na aljeira do cerrado, as frequências foram ainda subdivididas para as duas espécies - "aljeira" (A) e "caçada" (C)''.

Itens colhidos - amiláceos	M	C	C _a	C _c	total
mandioca-manã	25	22	16+3	14+3	51
mandioca-brava - baiju			16+13	17+13	59
batatas-doces	19	18			37
milho	2	24			26
bananas	14	11			25
arroz				16+3	19
mandioca-manã - puba	10	1			11
feijão			3	4	7
feijão-lava	4	4			8
inhame	6		1	1	8
mandioca-manã - baiju	1	6			7
araruta	1			5	6
total	65	86	48	50	302

Itens coletados - amiláceos	M	C	C _a	C _c	total
café-do-mato			1		1
total	0	0	1	1	1

Itens colhidos - frutos	M	C	C _a	C _c	total
maçã	10	2			12
melancia		6			6
amendoim	2	1		2	5
pepino		5			5
total	12	14	0	2	28

Itens coletados - frutos	M	C	C _a	C _c	total
coquinho	10	4	1+1	1	17
marmelada		15			15
jaboti	4		7+3		14
castanha-de-caju			1+9		10
jabuticaba			3+6		9
fruto amarelo 1		6			6
caju			1+5		6
mangaba			1+3	1	5
sadossu				4+1	5
piqui			4		4
tarauáquisu	3				3
coco-inajá	1	2			3
fruto		3			3
marolo			2	1	3
buriti			1	2	3
cacau		2			2
bacaba			2		2
abacaxi				1+1	2
dunsequisu	1				1
frutos a	1				1
ingá		1			1
jabuticaba-do-mato			1		1
atinguissu			1		1
fruto j			1		1
fruto-lobinho			1		1
dairiquissu			1		1
caimrefatou			1		1
caroço de paina			1		1
waissiquissu				1	1
frutinhas j				1	1
maracujá				1	1
total	20	33	57	15	125

Itens coletados - insetos	M	C	C _a	C _c	total
mel	17	3	1+13	2+10	46
tucura			4+2	10+12	28
larvas de marimbondo	1	2	5+9	2	19
corô C _a			4		4
corô C _c				2+2	4
larvas	3				3
gafanhoto verde			3		3
corô C _a				3	3
gafanhotoes				1+2	3
carregador a		2			2
carregador j				1+1	2
larvas		1			1
percevejo			1		1
corô de besouro				1	1
gafanhoto diferente				1	1
total	21	8	42	30	121

Itens coletados - vertebrados	M	C	C _a	C _c	total
teiú	2		6+8		14
ovos	3		6+3		9
tatu-cascudo			3+4	4+7	14
lagartixo			1+4	1+1	6
tatu-galinha (7c)			1	1+3	5
tatu-galinha (9c)	2	2		1+1	7
jabuti	3	3			6
pedreira				5	5
tatu (11c)				4	4
calango	1		1+1		3
corujas			1+3		4
pica-pau				4	4
papagaio				3	3
gambá				1	1
ratinhos				1	1
lacraia (ave)				2	2
morcego 1	1		1		2
passarinho			1		1
morcego 2				1	1
sapo				1	1
lagarto-vermelho				1	1
jibóia				1	1
arara-pequena				1	1
paca				1	1
rã				1	1
ratão				1	1
total	12	5	59	27	86

Itens caçados - vertebrados	M	C	C _a	C _c	total
porcos	17	8	3+3	1	29
tamanduá-bandeira			7+2	6	15
macaco-preço	5	6			11
carne	1		2+1	6	9
veado j			1	2+5	8
ave	1	1	1+3		6
macaco-bugio			5		5
veado a			5		5
macuco	2	2		1	5
tatu-canastra				3	3
jacu	1		1+3		5
arara-canindé	2			1	3
macaco-preto		3			3
paca				2	2
cavivara	2				2
tamanduá-mirim		2			2
arara-canga	1	1			2
bugio-caraya				2	2
anta	1				1
parauacu	1				1
pebgaio	1				1
bugio-preto		1			1
couro				1	1
ema				1	1
andorinha				1	1
onça-parda				1	1
seriena				1	1
pomba				1	1
gavião-branco				1	1
gavião-preto				1	1
urutu				1	1
craí-craí				1	1
sapú				1	1
cutia				1	1
morcego 3				1	1
total	35	36	47	27	125

Itens pescados - vertebrados	M	C	C _a	C _c	total
peixes a	27	18			45
peixes j			3+2	8+1	14
peixitos			1+1		2
tartaruga a			1		1
tartaruga b				1	1
total	27	27	7	9	60

Itens introduzidos	M	C	C _a	C _c	total
galinha	4	12			16
laranja	13			1	14
limonada	1	11			12
arroz	3	6			9
feijão				6	6
ki-suco	2			1	3
chá cidreira	2	1			3
café-do-mato	2				2
sopa LAM				2	2
leite em pó				1+1	2
queijo				1	1
farfá				1	1
total	27	33	7	9	76

Ocorrência em pelo menos uma refeição por dia.
A frequência máxima possível para cada item é igual ao número de dias em cada época, em cada aljeira (Mc=27, Mc=27, J=16-13, J=1-13).

RETIRADA DE SETZ, Ecologia Alimentar em um Tipo Indígena: Comparação entre aldeias de floresta e cerrado. Mimeo - 1982.

tabelecem quando de longas visitas de outros grupos. Os itens animais consumidos ainda disponíveis na região podem ser observados na tabela.2. X

A base da alimentação dos índios do vale são os produtos cultivados (dentre os quais se destaca o milho), que lhes permite estabilizar as condições de vida em face das variações sazonais. As áreas de roça são razoavelmente contíguas. Cultivam em clareiras na mata, principalmente milho, mandioca mansa e batatas doces, utilizando para este plantio cerca de 4.900 m²/indivíduo. Os solos têm capacidade de troca de cátions média, teor de bases permutáveis médio a alto, e saturação de bases alta, sendo considerados bons e regulares para o cultivo. (-Setz;op.cit:146).

Como já dissemos, o alimento básico da dieta agrícola Nambiquara do vale é o milho, que aliás apresenta características muito particulares que valem ser destacadas:

"(162) O milho dos Nambiquara - As espigas de milhos dos Nambiquara, existentes no Museu Nacional, representando três qualidades, cada qual de uma só cor, espigas bem granadas, grandes, tipo de elite, são de ordem a merecer a atenção de nossos geneticistas, principalmente por se tratar do milho, planta heterógama, sujeita aos azares da fecundação cruzada, muito fácil no milho que é, por isso, planta de "Seleção difícil, como indica o anuário de 1928, do Ministério da Agricultura que informa ainda ser impossível a pureza da variedade, jugando-se com sementes mestiçadas.

A essas informações do referido órgão, há a acrescentar, por exemplo, o fato de ser considerado o milho para os botânico-geneticistas, como um híbrido provável entre *Euchlaena perennis*, Hitchc (o "teosinto"

perene do México) e uma espécie desconhecida ou extinta, segundo Collins ("Origin of Maize" - Journ. Washington Acad. Sc., 1912) assunto a ser estudado hoje à vista de extensa literatura de que indico especialmente G.N. Collins ...

Os genetistas conhecem bem a extensa literatura sobre o milho; o que devo deixar em evidência aqui é que o milho dos Nambikuara deve ser de estirpo peruana, pré-colombiana, tendo, assim, provavelmente caráter secular de rusticidade que, segundo o prof. Vavilof, deve ser tomado em grande consideração nos campos de cultura para obtenção de novos tipos selecionados.

O segredo do milho selecionado dos Nambikuara deve ser a cultura de cada variedade em um "campo indígena" inteiramente separado de outras por matas; essa denominação "campo indígena" foi dada pelo General Rondon, às clareiras que os índios abrem nas matas, para suas culturas.

É caso de estudar a fundo a agricultura dos indígenas, como já lembrou Hoehe, pois os produtos standards que eles obtêm, evidenciam neles uma intuição genética muito acentuada. A.J. DE SAMPAIO

Na 4a. exposição de Milho (Rio de Janeiro em 1918), foram apresentadas muitas espigas da gramínia cultivada na Rondônia e levadas ao certâmen. O milho dos Nambikuara deve ser considerado autóctone, visto que apresenta coloridos inteiramente desconhecidos entre os cultivadores do mundo civilizado. Apesar de variar o colorido do tegumento, o albúmen do milho da Rondônia é sempre muito mole e branco" (Roquette Pinto; 1975).

Galvão observa que a difusão do milho, com centro provável na encosta andina, alcançou grupos de nível tecnológico bastante simples, entre os quais os Nambiquara. O número de variedades entre os Nambiquara e Kaingang, são sintomáticas da longa habituação ao cultivo. (Galvão, 1963).

Os Nambiquara tem 12 colheitas cuja criação se liga a um importante mito original: um menino foi para a mata caçar com o seu pai quando foi atraído pelo som de uma flauta. Pediu então ao pai que o levasse ao centro da mata e só

voltasse dali a 2 luas. Quando o pai voltou as partes do corpo de seu filho haviam sido transformadas em 12 espécies de plantas tradicionalmente cultivadas pelos Nambiquara. Essas plantas e as partes do corpo donde se desenvolveram são as seguintes:

walinsu/mandioca	ossos da perna
qatyantesu/feijão preto	costelas
qätsu/feijão fava	orelhas
pénlu/abóbora	olhos (as sementes)
yelausu/araruta	espinha (a raiz)
ha'kusu/cará	testículos
yapantasu/taiá	fígado
kayatsu/milho	dentes
sabesy/pimenta	vesícula biliar (fel)
'etsu/tabaco	lendia de piolho
walutsu/cabaça	crânio
t'uhsu/urucum	sangue

Também se diz que o espírito ou alma do menino foi transformado em flautas sagradas (Price;1972).

As roças abandonadas também atraem animais a colocação de troncos nos rios proporciona abrigos aos peixes: os troncos derrubados na roça propiciam substrato para o surgimento e desenvolvimento de larvas (carós). Os índios realizam coletas de larvas de besouro em troncos apodrecidos de jaracatia sp., bem como em troncos de palmeiras caídos e deixados nas roças. Os coquinhos (provavelmente de tucum) são coletados e largados no pátio; neles crescem larvas que são aproveitadas na alimentação e como iscas na pesca. (Setz;1982)

Todas estas atividades aumentam a eficiência e o uso (de um quarto) da área, concentrando recursos.

Alguns rios têm abundante vegetação marginal onde são encontrados e coletados muitos peixes; troncos velhos são colocados no rio para prover abrigos aos peixes abundantes na seca, que são de pequeno e médio porte.

Os Alantesu se utilizam de 18 diferentes produtos de coleta, que representam 19,0% de sua alimentação durante o ano. Nessa atividade, produtos bastantes significativos são o mel e os frutos, sendo que há maior ocorrência de mel na estação seca, enquanto que os frutos são mais abundantes na estação das chuvas. Dez (10) espécies de abelhas contribuíram com seu mel para a dieta Alantesu durante a pesquisa de Setz. (op.cit;1982)

(ver tabela 2). X

Os índios recorrem ao meio ambiente numa economia que combina agricultura, caça, pesca e coleta. Campos e florestas são ocupados de acordo com a diversidade de recursos que oferecem, idéias que se encaixam muito bem com o conceito de "ilhas de recursos" da biologia moderna. Existem uma verdadeira taxonomia destas áreas, sendo que suas denominações especificam exatamente o que fornecem. O território indígena, portanto, poderia ser delimitado de acordo com a distribuição destes "habitats" que são utilizados de alguma forma pelos índios.

O aproveitamento da região é feito baseando-se não só no conhecimento dessas "ilhas de recursos", mas também em outros critérios. Sabe-se que um ecossistema só pode ser usufruído até um certo limite, a partir do qual há riscos de causar-lhe danos irreparáveis. A localização das roças obedece a um

TABELA 3

TABELA 5 - Animais capturados em armadilhas tendo frutos de piguí como isca ou observados alimentando-se dos frutos em áreas de cerrado do Distrito Federal

Espécies	Ordem	Peso aproximado do adulto	Capturas por armadilha			Total de Capturas	Horário de Atividade	Predador do Fruto	Predador de Serente	Comensal	Dispersor Sinzococoria	Dispersão Enzóocoria
			"Shermann"	"Young"	"Tomahawk"							
Mamíferos:												
GAMBA	<u>Didelphis albiventris</u> *	Marsupialia	1500g	-	2	8	10	N			x	
	RATOS	<u>Zygodontomys lasiurus</u>	Podentia	35g	10	4	-	14	N			x
<u>Calomys callosus</u>		Podentia	15g	3	-	-	3	N			x	
<u>Oryzomys subflavus</u>		Podentia	90g	1	1	3	5	N			x	x (?)
COTIA	<u>Dasyprocta sp.</u> *	Podentia	4000g	-	-	5	5	D		x (?)		x
COATI	<u>Nasua nasua</u>	Carnívora	3000g	-	-	1	1	D			x	
Aves:												
EMA	<u>Rhea americana</u> *	Rheiforme		-	-	-	-	D				x
ARA-CANINDE	<u>Ara ararauna</u> *	Psittaciforme	1600g	-	-	-	-	D	x		x	
PAPAGAIO	<u>Amazona aestiva</u> *	Psittaciforme	600g	-	-	-	-	D	x			
AVES MENORES	<u>Cyanocorax cristatellus</u>	Passeriforme	230g	-	1	3	4	D				x
	<u>Neothraupis fasciata</u>	Passeriforme	25g	-	3	-	3	D			x	
	<u>Elaenia sp.</u>	Passeriforme	18g	-	1	-	1	D			x	

N = atividade noturna

D = atividade diurna

GRIBEL, R. - Ecologia da Polinização e da Dispersão de *Caryocar brasiliense* Camb. (caryocaraceae) na Região do Distrito Federal - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Biológicas - 1986.

* usados na alimentação indígena

padrão rotativo.

A medida em que alguns recursos já formam muito explorados, e a localização das roças se distancia da aldeia, o grupo se muda para outro local, dispondo de nova área de utilização imediata, provavelmente de tamanho semelhante.

Para manter as atividades descritas acima, os índios utilizam-se não só de toda a área indígena Vale do Guaporé como também de parcelas vitais de seu território original que ficaram fora da demarcação. É o caso, por exemplo, da área do piquizal, fruto que dá nome e identifica o grupo Alantesu. Para se ter uma idéia de sua importância alimentar basta dizer que o piqui, fonte extraordinária de caroteno e portador de ótima taxa de provitamina A, juntamente com outros 17 produtos de coleta, representam 19% de sua alimentação.

Trata-se de um produto que pode ser armazenado. O piqui fornece um óleo usado na preparação doméstica de sabão e licores (Rizzini e Mors, 1976). Além da polpa, rica também em iodo, os caroços são considerados como as melhores nozes comestíveis dos "Trópicos", com alto valor nutritivo. A massa butirosa que envolve os caroços e que constitui aproximadamente 77% do fruto, fornece uma matéria gordurosa que, quando cozida se solidifica pelo resfriamento, podendo ser armazenada (Pechnik & Guimarães, 1957). Além disso, as expedições para coleta do fruto são facilitadas pela fauna associada ao consumo de frutos, que serve de caça aos índios (conforme se pode ver na tabela 3). X

As várias utilidades da espécie caryocaraceas e seu alto valor nutritivo vêm levando vários cientistas a recomendarem seu aproveitamento para reflorestamento de cerrado (Handro & Barradas, 1971 e Hoehne, 1946). A importância de Cayocar levou o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) a proibir o abate e a comer-

cialização do pequizeiro em todo o território nacional (Portaria n.º 001/97 de 31.03.87 - IBDF). (Valadão, 1987:26-27)

Os Alantesu (Povo do Piqui) têm nesse produto um importantíssimo bem de troca. Aos grupos com os quais os Alantesu mantêm relações habituais como os Waiksu, Yodunsú e Alakatesu, é dado o direito de se alimentarem do piqui. Esse direito, contudo, pode ser retirado a qualquer momento em caso de hostilidades com os grupos mencionados, como também o piqui pode se tornar elemento de trocas eventuais com grupos mais distantes com os Wasusu e os Katitaulú. Pelo menos 40% da população Nambiquara do Vale do Guaporé se alimenta e se relaciona socialmente através do Piqui (op.cit:29-30)

Também ficaram de fora da área demarcada cavernas sagradas dos espíritos, cemitérios, buritizais, áreas tradicionais de caça e outros. Para realizarem as habituais visitas à outros grupos, darem descanso aos espíritos de seus mortos, etc, os índios devem atravessar os pastos das fazendas. Para os índios Nambiquara, as terras demarcadas pelo governo representam "o pique da Funai" e não os limites de seu território. A respeito disso, vejamos os comentários do chefe de posto que assistia os índios do Vale em 1980.

"Há uma defasagem de entendimento dos índios em relação à área demarcada que dizem ser "picada de Plantel" e reserva, que entendem toda e qualquer mata que sobra ainda, que continua deles e que usam continuamente. Não entendem assim, porque a "Plantel" de repente acaba e muita caça fica fora, as últimas taquaras, as nascentes de água, o piquizal ... as cavernas sagradas onde recolhem os espíritos ... Chega o Papai (Índio Hahanitesu) e fala que branco está derrubando a "reserva" e que eu vá lá falar. E na verdade branco está derrubando fora 40 km da Reserva demarcada. Até mesmo para se fazer um arco é preciso sair da reserva ..." (Relatório no.01/NVG/80/Funai)

Isto porque o processo de demarcação só se efetuou após a instalação definitiva de frente de penetração agro-pastoril, tornado-se inclusive útil naquele momento para a regularização documental das fazendas já instaladas na região.

Também a drástica redução populacional Nambiquara, serve agora de argumento para a diminuição do território indígena. No processo de eleição da área a ser demarcada tiveram que ser combinados elementos necessários à reprodução física e cultural do grupo, e fatores de disponibilidade territorial. Dessa forma, parcelas vitais ao Nambiquara ficaram fora da área demarcada, na organização sócio-cultural Nambiquara.

Concluindo, os índios do vale do Guaporé usam estratégias para estabilizar recursos (armazenando, conservando alimentos) concentrá-los (proporcionando abrigo à fauna), tentando aumentar a previsibilidade e disponibilidade de recursos alimentares. Maximizam sua eficiência de forrageio através da circulação de informações sobre recursos, da utilização de um ponto de armazenamento central, da cooperação na caça e na coleta, da realização de atividades que concentram recursos e da distribuição de alimentos. (Setz:1982)

A agricultura, entre cujos produtos se destaca o milho pré-colombiano, representa aproximadamente 40% da alimentação nambiquara, e sua combinação com atividades de caça, pesca e coleta permite aos índios manterem seus padrões tradicionais de subsistência. Para isso utilizam-se, não só de toda a Área Indígena Vale do Guaporé mas também de partes de seu território que ficaram fora da Reserva.

6) As terras que compõe o imóvel objeto da presente ação, estão inseridas no "habitat" necessário à sobrevivência física e cultural dos índios da área indígena Vale do Guaporé?

Sim. Trata-se de território tradicional Alakatesu/Waiksu e, apesar das pressões que receberam ao longo desses anos — tentativas de transferência, desmatamentos, etc. — nunca abandonaram o local. Com esta atitude, demonstraram claramente que não tinham possibilidade de sobrevivência física e cultural em outros lugares da região, às vezes até mais rico em caça e coleta, por serem territórios de outros grupos e portanto impróprios à manutenção de sua identidade.

Em 1979, quando as fazendas empreenderam grandes desmatamentos bastante próximos ao território Alakatesu/Waiksú, os índios passaram a saquear os acampamentos como forma de demonstrarem que suas terras estavam sendo invadidas. Vejamos os ofícios do funcionário da FUNAI na época : "Passamos ao conhecimento de V.Sa. que na Fazenda São Manoel (ex-Sorana), onde é território dos índios Waiksu, um dos "peões" agrediu fisicamente o índio Joãozinho acusando-lhe de saque nos acampamentos.

A fazenda empreitou 1.200 alqueires para ser derrubado na área o que além da grande devastação da mata traz a presença de vários "peões" (atualmente mais de duzentos). O fato de serem grupos distintos em áreas diferentes distantes acontece de ficarem meses (sobretudo nesta época das chuvas) sem a nossa presença ou apoio. Por serem poucos em relação à maré de civilizados, se nenhuma providência for tomada poderá sugerir ou estimular outros peões a tomarem atitudes semelhantes.

O saque dos índios é uma reação normal à entrada em suas áreas e mais agravava-se pois a este grupo não lhes foi reservado área alguma...".

(OF. nº 01/NVG/79)

Foram feitas outras informações nesse teor e em 1979 a FUNAI enviou ofício ao Sr. Hélio Pereira de Moraes, da fazenda São Domingos, no sentido de interromper a derrubada próxima à aldeia Waiksu/Alakatesu por se tratar de área indígena. O fazendeiro reagiu ao comunicado inpetrando "Mandato" de Segurança posteriormente indeferido, e concluiu as derrubadas no período em que a área ficou sub-júdice (ver fl. 12 do processo).

O desmatamento da região Alakatesu/Waiksu diminuiu em muito a disponibilidade de alimentos, o que faz com que esses índios sobrevivam hoje em condições de vida mais precárias que outros grupos da região.

A definição da reserva Vale do Guaporé, como informamos no quesito de nº 1/FUNAI desta perícia, foi feita e refeita por quase uma dezena de grupos de trabalho. As terras que compõe o imóvel objeto da presente ação foram finalmente considerados como de posse imemorial pelo Grupo de Trabalho composto pela FUNAI/MEAF/MINTER e encontram-se inseridas na Área Indígena do Vale do Guaporé, homologada em 1985 (Parecer 034/84/6T).

QUESITOS FORMULADOS PELA UNIÃO FEDERAL:

a) A área que afirmam os autores lhes pertencer, objeto desta ação, está localizada dentro da faixa de fronteira?

Sim. A área em questão encontra-se, na sua totalidade, localizada dentro da faixa de fronteira.

c) Em 1934, a área em questão era ocupada por grupos indígenas? Em caso positivo, que grupos ou nações?

Perfeitamente. Em 1934 a área requerida pelos autores, todo o vale do Guaporé e mais as áreas do cerrado que faziam um território contíguo que se estendia do Rio Guaporé aos rios Papagaio, Comemoração, Roosevelt Tenente Marques num total aproximado de 5.570.000 km², era ocupado pelos índios conhecidos como Nambiquara (Price, 1972). Estimados no início do século em 6.000 pessoas, esses índios foram mencionados como habitantes da região em registros datados de 1723, 1757, 1875, 1880, 1910, 1915, 1922, 1948, 1968, 1972, 1975, 1980, 1982, etc., para citar apenas alguns dos documentos mencionados neste processo (ver quesito de nº 1/FUNAI).

De todos os grupos mencionados, sobrevivem até hoje os Negarotê, Mamaindê, Sabanê, Tauantê, Lacondê, Idalamare, Latundê, Halotesu, Wakalitesú, Sauentesú, Kitaulhú, Katitaunlu, Qwalitsu, Kaluhwaisú, Waihlatisu, Sayulikisu, Hahainisu, Yodunsu, Qwalisatesu, Nantesu, Aikatesu, Yuwaroatesu, Aikisu, Alantesu, Erihitansu, Hoskokosu, Waikatesu, Alakatesu e Waiksu, todos pertencentes ao tronco linguístico conhecido pela denominação genérica de Nambiquara.

Outros tantos foram extintos durante o processo de contato, mas os Waiksu e a la tesu sobreviveram e permanecem até hoje, apesar das tentativas de transferência da FUNAI e dos enormes desmatamentos efetuados pela fazenda, em seu território de origem que ora se faz objeto desse processo.

QUESITOS FORMULADOS PELOS REQUERENTES.(AUTOR)

01) A época da expedição do Título Definitivo pelo Estado de Mato Grosso aos primeiros adquirentes, as terras eram permanentemente ocupadas por povos indígenas?

O vale do Guaporé vem sendo ocupado pelos Nambiquara há pelo menos três (3) séculos, conforme se pode ler na documentação histórica apresentada no quesito de nº 1 formulado pela FUNAI. Os índios dessa região permaneceram isolados até a década de 1960, quando se iniciou a construção da BR 364 ligando Cuiabá à Porto Velho. A partir daí, o Estado do Mato Grosso passou a dividir em pequenos lotes as terras do vale, sendo que a maioria deles não foi objeto de nenhuma espécie de ocupação por vários anos, devido justamente à presença dos índios na área.

Com a possibilidade de obtenção de incentivos fiscais do governo (SUDAM), a área se tornou particularmente interessante à grandes investimentos agro-pecuários e os pequenos lotes adquiridos do Estado de Mato Grosso foram sendo revendidos a empresários que formaram grandes fazendas na região.

É exatamente esse o caso da fazenda requerente da ação 15.663/85 que ora respondemos. Dos 32 documentos apresentados nesse processo para a construção da cadeia dominial da atual fazenda São Domingos, 18 constam como títulos definitivos expedidos pelo Estado do Mato Grosso nos anos de 1960(14), 1964(3), 1965(1). Os que não constam com títulos foram apresentados por Tossio Nomura e Edmundo José Rodrigues e outros, que são os mesmos mencionados no Recibo de Compromisso de Sinal de Venda e Compra por Braulio Basilio Maio Filho e esposa quando formaram a fazenda Amburana (Sorana/São Domingos).

Esses nomes são importantes porque aparecem em outras cadeias

dominiais de fazendas da região, os Nomura são confrontantes da fazenda São Domingos e a validade de sua própria cadeia dominial foi contestada pela Procuradoria Geral da República (Mendes; 1987). Além disso, formam os Nomura que "abriram a região para futura intermediação da venda de, pelo menos, uma dezena de fazendas no Guaporé (DOC 13). X

Em abril de 1964, conforme depoimento assinado (DOC 13), Mário X Nomura levou ao Guaporé, exatamente na região tradicional dos Waiksu, trabalhadores rurais com a incumbência de abrir uma estrada à mão de aproximadamente 30 km da BR mata adentro.

Os trabalhadores iniciaram a abertura da estrada e quando atingiram o local onde seria construída uma serraria, começaram abrir 60 alqueires, quando encontraram os índios.

"Aí, no meio de quando nós tava nessa derrubada, apareceu primeiro uns dois índios, só dois homens lá no barraco. Aí eles deram prá eles açucar, trataram deles. Era uns índio manso' Eles ficaram sem cisma deles, não ficaram arredondados. Quando foi no outro dia, eles foram lá na aldeia deles, que eu não sabia onde morava eles, foi lá na aldeia e trouxe outra turma a mulherada, criancinha... aí quando eu ia pro mato derrubar, nós viu aquele barulhão de gente conversando, vimos uma turma grande deles, que eu mülheres, X meninos, mulher com criancinha nos braços... e aí encontrei com eles.

P - e eles conversavam bem?

R- Absolutamente,ninguém entendia nada,né,só pelo aceno,né...(depoimento de José Zorito Fernandes "Nenem ",gravado em outubro de 1980.)

O depoimento deixa claro que a aldeia ou um acampamento de caça em área tradicional indígena estava bastante próximo, pois em pouco tempo os índios foram e voltaram com suas mulheres e crianças. Isso exatamente na época em que foram expedidos alguns dos títulos definitivos pelo Estado do Mato Grosso.

Como já dissemos, essas terras só foram revendidas alguns anos depois e, simultaneamente à instalação de agro-pecuárias no vale iniciou-se o processo de transferências dos índios para o cerrado. Essas transferências resultaram num total fracasso pois os índios não se adaptaram à outras regiões e retornaram aos seus lugares de origem(ver quesito 2 /autor). X

A localização dos diversos grupos em pontos diferentes do Guaporé obedece ao processo histórico de ocupação indígena da região.(DOC 12). Entre os grupos são mantidas fronteiras políticas e X um bom exemplo da total impossibilidade de sobrevivência cultural em áreas de outros grupos (onde seriam estrangeiros) vem dos próprios Waiksu.

Conhecidos na região desde 1964 pelos trabalhadores rurais, os Waiksu foram transferidos em 1974 para o Sararé onde não se adaptaram, retornando à sua região tradicional(ver quesito 2 X/autor)

É importante observar ainda que os primeiros lotes foram vendidos e transformados na fazenda Amburana em 1971, que por sua vez foi revendida à Sorana em 1973. No recibo do sinal de venda e compra da segunda transação mencionada acima, os vendedores se comprometem a entregar o imóvel "... inteiramente livre de posseiros e índios.(fls.72 /73)

do processo 15.663/85-V).

Concluindo, afora a farta documentação histórica e a história oral dos Nambiquara que por si sós já bastariam para comprovar a ocupação imemorial da área, são os próprios compradores e trabalhadores instalados no vale na ocasião dos primeiros títulos que confirmam a presença dos índios na área.

2) A própria FUNAI reconheceu a inexistência de índios na área dos Autores, expedindo certidão negativa ?

Em 17 de julho de 1974 a FUNAI forneceu Certidão Negativa à Firma SORANA, Comercial e Importadora S/A, nos seguintes termos:

....CERTIFICO não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas na área peticionária... (grifo nosso). Esta mesma certidão foi anulada pela própria FUNAI em 1982. Em 13 de abril daquele ano, através do OFÍCIO n.331/82/PR, o então Presidente da Funai comunica Helio Pereira de Moraes que, com base em relatórios de funcionários do órgão (1974) que informavam estarem os índios de área requerida pela fazenda SORANA e com base no artigo 198 da Constituição Federal (1969), anulava a referida certidão (Fls.87-88-89 do processo 15663/85-V)

Vejamos como se processaram os acontecimentos que levaram o órgão tutor a, paulatinamente, anular as certidões anteriormente concedidas.

Contrariamente ao texto da Certidão Negativa da Sorana, no mesmo ano de 1974 e no ano de 1975, o antropólogo David Price é contratado pela FUNAI e se vê obrigado à realizar a transferência dos grupos do Vale para o Sararé.

"Em violação de nossa própria política de mudanças, determinamos transferir os way'su e os haháyutesú imediatamente à área interdita... Justificamos a mudança, tendo por base as péssimas condições em que os dois grupos moravam; já há várias fazendas, onde foram expostos aos curiosos, como animais num jardim zoológico. Foram expostos, também, a muitas doenças e em março do ano passado teriam morrido todos de sarampo, se não fossem as providências rápidas da FUNAI. Até passaram a prostituir as suas mulheres em troca de comida... Mudamos os índios, que somam 78 pessoas, nos últimos dias de dezembro de 1974 e nos primeiros dias de ja-

neiro de 1975. (grifo nosso) ...
(Price;1975)

O antropólogo termina seu relatório esperançoso, dizendo que os índios estavam animados com a mudança. Mas a malária que logo em seguida vitimou 4 Waiksú, a total inadaptação a uma região desconhecida e "cheia de pedras" e as dificuldades socio-políticas advindas do fato de serem "estrangeiros" no território dos índios do Sararé, levou os Waiksú à cidade de Vila Bela onde permanecem aproximadamente um ano sendo assistidos pela Missão Cristã do Brasil. Nesse relatório, o antropólogo informava ainda que um dos grupos que se recusava a mudar.

"Um pequeno grupo, que se supõe pertencer aos Waisu, morando próximo à Fazenda Aburana (Sorana) não quis mudar com os outros em janeiro, porém, com as atividades da Fazenda se aproximando da aldeia, é possível que agora concordem em se juntar a seus parentes na Área Interditada" (Price; 1975).

Para sorte dos Waiksu, seus vizinhos mais próximos - os Alakatesu - permaneceram no local de origem e puderam abrigar os remanescentes daquele primeiro grupo que hoje, através das relações de casamento que se estabeleceram, formam duas únicas aldeias instaladas em área objeto da ação de n.15663/85-V que ora respondemos.

Em relação às Certidões Negativas, conforme já mencionamos no quesito n.01/FUNAI, se estabeleceu uma política de transferência dos índios do Vale do Guaporé para que estas certidões pudessem ser fornecidas.

Em 10.03.1974, o jornal "O Estado de São Paulo" já denunciava a "política de transferência da FUNAI, em reportagem assinada por Mário Chiamanovitch, sob o título "FUNAI removeu índios para das suas terras à fazenda" (Doc. 14) X

"A Fundação Nacional do Índio permitiu que a empresa agro-pecuária Vila Bela S.A., se estabelecesse em terras dos índios Nambiquaras, no Vale do Guaporé, em Mato Grosso, fornecendo uma certidão de que desconheci a existência de aldeamento indígena no local. Contudo, seis meses antes, o próprio presidente da Funai, general Bandeira de Mello, havia informado ao Superintendente da Vila Bela S.A., que não poderia dar a certidão por ser a área "habitada por índios do grupo Nambiquara, ainda arredios, e que vivem em estado muito primitivo".

"...Em abril de 1970, quando a Vila Bela Agropastoril S.A., pediu a certidão negativa à FUNAI, a maioria dos índios Nambiquaras ainda estava no Vale do Guaporé. Mas a fazenda precisava da certidão para assim obter incentivos fiscais administrados pela SUDAM. O general Bandeira de Mello negou a certidão, mas ressaltou que, "logo atraídos, pacificados e transferidos para a reserva definitiva esta presidência poderá atender ao pedido de V.Sa."...

Várias das Certidões Negativas fornecidas para terras do Vale do Guaporé, foram reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal, no MS n.20.575, Rel. Min. Aldir Passarinho (DJ 21.11.86), como documentos comprobatórios da presença indígena nas áreas. E o caso das Certidões expedidas a requerimento de Nomura Agropecuária S/A (09/09/68). (Mendes;1987)

a) "ouvido o Departamento do Patrimônio Indígena desta Fundação, certifico que não há conhecimento da existência de índios hostis na região configurada entre os afluentes ao rio Galera, no quilometro 620 da BR-364, distando 35 quilômetros do eixo principal da estrada, no rumo magnético de 69-00-NE, na área de vinte e quatro mil hec.), registrada na Comarca de Cáceres (Mato Grosso), tendo

sido lavrada a escritura em Andradina (São Paulo) no Cartório do Primeiro Ofício - Notas e Anexos -, no dia 4 de novembro de 1966. Há porém, ainda índios isolados nessa região. Segundo informações, relatórios arquivados no CNPI, são da tribo Mamaindé. Levantamento aéreo-fotogramétrico indica várias malocas justamente na região mencionada. Do tratamento dispensado a eles depende, sem dúvida, a sua hostilidade." :

b) "Duvido o DEPARTAMENTO DO PATRIMONIO INDIGENA, CERTIFICADO que, na 1/2 área localizada entre os paralelos 14'e 15' , e os meridianos 58'e 59, no Município de Mato Grosso, em que é interessada a AGROPECUARIA VALE DO GUAPORE S/A, conforme discriminada em sua carta-requerimento datada de 28/08/68, existe aldeamento de índios "NAMBIKUARA". Todavia, não há restrição a opor a utilização da referida área pela interessada, uma vez que esta Fundação providenciará o encaminhamento dos remanescentes da referida tribo para a área destinada à sua reserva".

As epidemias que quase dizimaram por completo os Nambiquara decorrentes da política de transferência, e o "caso" das certidões negativas, se transformaram em um escândalo público que ganhou proporções internacionais. O "caso Nambiquara" tornou-se objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Em 30.09.1977, o jornal o "Estado de São Paulo" publica declarações de ex-presidente da FUNAI sob o título "Admitidas irregularidades na Funai" (Doc. 15) X

"O ex-presidente da Funai, José

Queiroz Campos, admitiu, ontem, na CPI da Câmara que investiga a situação do índio brasileiro, que, durante a sua gestão, o órgão realmente liberou, para empresários, certidões negativas de presença de índios no vale do Guaporé, em Mato Grosso, e só posteriormente constatou que ali viviam índios do grupo nhambiquara. Queiroz Campos disse que a Funai havia se baseado no livro de Gama Malcher para liberar a área para empresários e nele não era registrada a presença de índios na região. O caso nhambiquara é um dos mais polêmicos na Funai, pois foram beneficiados, entre outros, um filho do ministro Costa Cavalcanti que, na ocasião, respondia pela pasta do Interior. Queiroz Campos também defendeu a criação de grandes reservas para os índios, explicando que esta posição gerou vários atritos com empresários que estavam se fixando na Amazônia, e com o próprio Ministro Costa Cavalcanti, que queria destinar aos índios apenas as terras estritamente necessárias à sua sobrevivência."

Em 1978, o antropólogo Pedro Manoel Agostinho da Silva vai à CPI dar o seguinte depoimento:

"... foram feitas várias tentativas de transferências e tôdas elas fracassaram ... Ora, a criação da área interdita, em 1974, foi uma tentativa de solucionar um problema criado com o erro de 1968. Um erro a que presidiu ou o total desconhecimento da área ou - o que aconteceu - uma política de transferir os índios das terras ricas às terras pobres, para entregar as terras ricas à sociedade nacional. Basta ver os seguintes dados: a partir de 169, começaram a ser expedidas certidões negativas, segundo consta de notícias jornalísticas que tenho aqui e posso apresentar, melhor dizendo, sob a direta responsabilidade da Presidência da FUNAI, começaram a ser expedidas certidões negativas para o vale do Guaporé, ao todo, 18, para grandes empresas agropecuárias, sendo 11% em 1968, 33% em 1970, 17% em data que ignoro, pois não tive maneira de verificar. Mas, de qualquer forma, a grande maioria de expedições...

certidões negativas ilegais, porque eram negativas, a respeito de área onde existiam índios, incidiam num outro fato muito sério: em algumas delas havia o compromisso de transferir os índios para as terras pobres do planalto e, uma vez que era um certidão negativa para empresa, de entregar as empresas as terras ricas do vale. Isto me parece um erro de política indígena - se erro foi - dos mais graves". (DCN (Seção I) - Suplemento) 17.06.78. p.235.



O fornecimento de Certidões Negativas pela FUNAI, ^{OR} tronou-se um "negócio tão rendoso" que levou a formação de um grupo de especialistas no assunto dentro do órgão tutor, conhecido nos meios indigenistas como "a máfia da certidão". Em 1978 a Folha de São Paulo publica uma matéria em que um senhor pretensamente proprietário de terras no norte do Mato Grosso, denuncia a visita que recebeu de um advogado enviado pelo Procurador-Geral da Funai na época, Getúlio de Barros Barreto, encarregado de comprar-lhe, por quantia irrisória, as terras em litígio com a Funai. O denunciante conta também que já havia recebido anteriormente propostas de "compradores paulistas" perfeitamente ao par do litígio com a Funai (Doc. no. 16) X

Em 1979 o Conselho de Segurança Nacional considera que "... as certidões negativas, expedidas aoadadamente enquanto os índios ainda estavam no vale, serviram unicamente para agravar a situação reduzindo-os às piores condições possíveis (Estudo no.016/3a.SC/79-CSN-10).

A concessão de certidões negativas, era tão flagrantemente inconstitucional (artigo 198), que a própria FUNAI incumbiu-se de declarar a nulidade desses documen-

tos.

Concluindo, as certidões negativas fornecidas para o vale do Guaporé vêm sendo paulatinamente anuladas pois é de conhecimento público que Guaporé é "habitat" imemorial Nambiquara e remoção desses índios para outras áreas é considerada inconstitucional. Nesse caso inclui-se a Certidão Negativa concedida a Firma SORANA, Comercial e Importadora S/A em 1974, anulada pela própria FUNAI em 1982.

03) Presentemente a FUNAI ameaça ocupar a área com alguma tribo? Qual a tribo?

04) Essa tribo é proveniente de que região?

Os quesitos estão intimamente relacionados, um decorrente do outro e optamos por respondê-los em conjunto.

As questões não procedem. Em primeiro lugar porque trata-se de área de ocupação imemorial dos índios Nambiquara, detalhadamente demonstrada nos quesitos de nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6/FUNAI. Em se tratando de ocupação imemorial e uma vez demonstrados os mecanismos de definição e ocupação do território, não existe a menor possibilidade de "se ocupar" a região com outros índios, porque a área já se encontra ocupada pelos Nambiquara.

Na história desse povo, o que ocorreu foi exatamente o contrário: tentou-se várias vezes transferir os Nambiquara do vale para o cerrado (ver quesito nº 2 /autor).

Dada a ausência de qualquer indicativo atual ou histórico para a formulação das questões acima, propomos a anulação dos quesitos.

ANEXOS

- DOC. 0 - Fotos Alakatesu/Waiksu.
- DOC. 1 - CAMPOS A. P. - Breve notícia que dá o capitão Antonio Pires de Campos - 1723.
- DOC. 2 - Pyreneus de SOUZA - Notas sobre os costumes dos Índios Nambiquaras. 1911.
- DOC. 3 - Mapa - antigo traçado da BR 364.
- DOC. 3a- Relatório David Price - 22/01/1975.
- Ofício 04/NYG/80 - FUNAI.
- DOC. 4 - Ata da Primeira Sessão do Conselho Indigenista - 20-27/10/1975.
- DOC. 5 - GRUVINEL, N. - 29/06/1976 - GT/FUNAI para proposta de área.
- DOC. 6 - LEVAY e Outros - 30/nov/1976 - GT/FUNAI para proposta de área.
- DOC. 6a- LANGE e Outros - GT/FUNAI para proposta de área.
- DOC. 7 - Mapa - Novo traçado BR 364.
- DOC. 8 - Letter to Dr. Robert McNamara - 07/1980 - entidades indigenistas
- DOC. 9 - "Jornal de Brasília" - 27/04/80.
- DOC. 10 - Matérias:
- "Sanday Times" - 01/03/81.
- "New York Times" - 15/02/81
- Cultural Survival - 1980, nº 4.
- DOC. 11 - Portarias de Demarcação - 1125/E, 1127/E, 16§04/81.
- DOC. 12 - Mapa da ocupação tradicional Nambiquara no Vale do Guaporé.
- DOC. 13 - Depoimento assinado de José Norito Fernandes (Nenem) e outro - 1980.
- DOC. 14 - "ESP", 10/03/74.
- DOC. 15 - "ESP", 30/09/77.
- DOC. 16 - "Folha de S. Paulo", 24/12/78.